

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

IONÁ RODRIGUES DIAS

**ANÁLISE DA RELAÇÃO PARENTAL APÓS A SEPARAÇÃO CONJUGAL A  
PARTIR DO RELATO VERBAL DOS FILHOS ADULTOS**

VITÓRIA  
2016

IONÁ RODRIGUES DIAS

**RELAÇÃO PARENTAL APÓS A SEPARAÇÃO CONJUGAL A PARTIR DO  
RELATO VERBAL DOS FILHOS ADULTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Ms. Arion Carlos Ribeiro de Oliveira

VITÓRIA  
2016

IONÁ RODRIGUES DIAS

**RELAÇÃO PARENTAL APÓS A SEPARAÇÃO CONJUGAL A PARTIR DO  
RELATO VERBAL DOS FILHOS ADULTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo,  
como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, por:

\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. Arion Carlos Ribeiro de Oliveira - Orientador

\_\_\_\_\_  
Prof. Alexandre Gomes Brito, Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo

\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. Ruy Anderson Santos Martins, Faculdade São Camilo

Dedico esse trabalho aos meus pais Valdemiro e Nilda que são as pessoas que mais me deram apoio para conquistar o que eu sempre quis. Amo vocês, e obrigada por todas as contingências de reforço positivo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus por me dar vida, saúde e uma família maravilhosa.

Agradeço especialmente aos meus pais, por tudo, pelo amor, pelo carinho, compreensão e por serem meus grandes incentivadores.

Agradeço a toda a minha família pelo apoio, e por sempre vibrarem com as minhas conquistas, em especial ao vovô, a vovó e a tia Ilza que me acolheram durante esses cinco anos.

Agradeço imensamente ao meu orientador Arion pela colaboração neste trabalho, por me auxiliar com seu amplo repertório em psicologia, e por várias vezes nos momentos de dúvida me mostrar quais caminhos eu poderia seguir. Este trabalho foi apenas seis meses mais intensificado de orientação, mas, a minha admiração pelo seu trabalho surgiu desde o primeiro contato com as suas aulas, há quase cinco anos. Obrigada por todas as vezes que te parei nos corredores da faculdade para tirar dúvidas e sempre me atendeu com muita gentileza.

Agradeço a todos os professores que de alguma forma puderam também contribuir na aquisição do meu repertório profissional e alguns assim como o Arion são modelos admiráveis de profissionais, inclusive os que já não fazem mais parte desta instituição.

Agradeço a todos os amigos que sempre torceram por mim e sempre me ajudaram cada um a seu modo. Dentre esses, destaco o João Ricardo por não ter sido apenas um chefe, mas, um grande amigo, participou da maior parte da minha carreira acadêmica e me ajudou a desenvolver repertórios pessoais, com uma didática pouco usual, mas muito engraçada e divertida.

Enfim, estou muito feliz em poder concluir mais essa etapa para poder começar muitas outras.

“Os maiores problemas enfrentados hoje pelo mundo só poderão ser resolvidos se melhorarmos nossa compreensão do comportamento humano” (SKINNER, 2006, p.11).

## RESUMO

A estrutura e função da família têm variado ao longo dos anos em consequência das mudanças socioculturais, e um dos efeitos dessas mudanças é o divórcio, que nem sempre irá ocasionar consequências aversivas para os envolvidos. Nesse contexto de separação conjugal, dadas às contingências estabelecidas pela relação do casal e sendo os pais os principais responsáveis pelo desenvolvimento do repertório comportamental dos filhos, este trabalho teve como objetivo pesquisar a partir do relato verbal dos filhos adultos como tem se estabelecido as relações parentais após o divórcio. Para a realização deste estudo foi utilizada a pesquisa qualitativa descritiva. Participaram dessa pesquisa seis adultos residentes das cidades da Serra e de Vitória do Estado do Espírito Santo cujos pais se separaram quando ainda eram crianças e os entrevistados foram escolhidos por acessibilidade ou conveniência. Como resultado, o relato verbal dos entrevistados nos indicou a qualidade das relações estabelecidas com os pais e as contingências a que foram expostos mostrando-nos que os sentimentos referentes aos pais eram produtos das interações estabelecidas entre eles e não da condição do divórcio em si, apesar de que o fato de os pais serem separados e o convívio com um dos pais serem reduzido possibilitaram a construção de algumas autorregras que nem sempre eram funcionais, pois não descreviam adequadamente a relação de contingências a que estavam expostos. Com base nesses aspectos, ressaltamos a importância de se compreender as relações entre pais e filhos, as contingências que são estabelecidas nessas relações, o compromisso dos pais na criação dos filhos independente da qualidade da relação conjugal.

**Palavras-chave:** Divórcio. Relações parentais. Análise de contingências

## ABSTRACT

The structure and function of the family have varied over the years as a result of socio-cultural changes, and one of the effects of these changes is the divorce, which will not always cause aversive consequences for those involved. In this context of divorce, given the contingencies established by the couple's relationship and being parents primarily responsible for the development of the behavioral repertoire of the children, this study aimed to research on parental relationships after divorce from verbal report of adult offspring as it has been established parental relationships after divorce. To realize this study was used descriptive qualitative study. Participated in study six adults residents of the cities of Serra and Vitória do Espírito Santo whose parents separated when the children were still kids and the respondents were chosen by accessibility or convenience. As a result, the verbal report of respondents showed us the quality of relationships with parents and the contingencies that were exposed showing us that feelings regarding parents were products of the interactions established between them and not of the divorce condition itself, despite the fact that parents are separated and living with one parent being reduced possible the construction of some autorregras that were not always functional, it does not adequately describe the contingency relation to which they were exposed. Based on these aspects, we emphasize the importance of understanding the relationships between parents and children, the contingencies that are established in these relationships, the commitment of parents in raising their children regardless of the marital relationship quality.

**Keywords:** divorce. parental relationships. contingencies analysis.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>21</b>
2.1 FAMÍLIA .....	21
2.1.1 Aspectos históricos sobre a constituição familiar .....	21
2.1.2 Separação conjugal.....	24
2.1.3 Alienação parental .....	28
2.1.4 Estilos parentais e práticas educativas parentais.....	30
2.1.5 Abandono afetivo .....	34
2.2 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO .....	35
2.2.1 Seleção pelas consequências.....	38
2.2.2 O reforço .....	42
2.2.3 Controle Aversivo .....	43
2.2.4 Comportamento verbal .....	46
2.2.5 Sentimentos.....	48
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>53</b>
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	53
3.2 PARTICIPANTES.....	54
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	55
3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	55
3.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	56
3.6 ASPECTOS ÉTICOS.....	57
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA</b> .....	<b>59</b>
4.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS .....	59
4.2 SEPARAÇÃO CONJUGAL.....	60
4.3 RELAÇÃO COERCITIVA .....	64
4.4 ABANDONO AFETIVO.....	70
4.5 RELAÇÃO REFORÇADORA .....	72
4.6 SENTIR-SE AMADO .....	73

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>87</b>

## 1 INTRODUÇÃO

É na família que a criança tem seu primeiro contato com os aspectos da socialização tal como afirma Reis (2004, p. 99) “É na família, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele”.

A família está totalmente implicada na constituição do indivíduo e deve dar suporte para que a criança tenha um desenvolvimento de repertório satisfatório, contudo sabe-se que:

Ser pai (ou mãe) é uma tarefa tremendamente desafiadora. Além de atender às necessidades básicas da criança, os pais são totalmente responsáveis pelo desenvolvimento comportamental inicial da criança, continuando a partilhar dessa responsabilidade com professores e outros, a medida que a criança amadurece, passando pelos primeiros anos da escola, pela adolescência, até a idade adulta (MARTIN; PEAR, 2009, p. 19).

Alguns autores discutem como os comportamentos dos pais podem influenciar nos comportamentos dos filhos e como esses comportamentos podem ter consequências que ajudam no desenvolvimento de habilidades sociais dos mesmos e também como podem trazer prejuízos até a idade adulta, e uma das formas de estudar essas influências é por meio das práticas educativas parentais que;

Patterson, Reid e Dishion (1992) afirmam que o conceito chave para explicar o início do processo de socialização, que ocorre no contexto familiar, é o de contingência das práticas educativas parentais. O conceito de contingência faz referência ao fato de os pais comportarem-se efetiva e consistentemente no sentido de reduzir comportamentos inadequados e coercitivos, e de estimular a ocorrência de comportamentos socialmente adequados. Em um ambiente contingente, a criança, na maior parte do tempo, sabe que comportamentos levarão a conflito e que comportamentos produzem encorajamento e afeto. Além das práticas contingentes, o envolvimento parental, que refere-se a atividades que envolvam trocas positivas entre pais e filhos, constitui um aspecto não contingente da relação que contribuiria significativamente para a competência social e para o desenvolvimento da autoestima. Por outro lado, práticas parentais não contingentes levariam ao desenvolvimento de um padrão antissocial, caracterizado na primeira infância pelos problemas de externalização (ALVARENGA; PICCININI, 2009, p.192).

Para os autores supracitados, competência social está ligada à habilidade de interação social positiva tanto com adultos quanto com os pares, se refere a controlar as emoções, principalmente as negativas e compreender as regras sociais (KLIEWER, 1991 apud ALVARENGA; PICCININI, 2009). Já a externalização está vinculada aos comportamentos inadequados, tais como, comportamentos impulsivos, desafiadores, agressivos e delinquentes (CAMPBELL, 1995; SILVA, 1999 apud ALVARENGA; PICCININI, 2009).

Além da discussão das relações de contingência que se estabelecem as práticas parentais, também precisam ser pensadas em função da concepção de família que deve ser encarada de acordo com o período sócio histórico, econômico e político, pois o objetivo do casamento, os padrões de convívio das relações parentais, a posição do homem e da mulher nas relações familiares e na sociedade difere de acordo com os valores vigentes de cada época e isso influencia diretamente nas relações afetivas. Com a industrialização e a urbanização foi possível produzir mudanças nas práticas familiares, as expectativas frente ao casamento foram sendo modificadas, as regras estabelecidas se tornaram mais flexíveis, e a separação conjugal que antes era inconcebível passa a ser uma possibilidade quando o casamento já não é mais satisfatório (MOREIRA, 2012).

As mudanças sociais e o conseqüente aumento da frequência do divórcio indica que é necessária a desconstrução da concepção negativa que se tem da separação conjugal, apontando para a comunidade científica que o divórcio precisa ser visto da mesma forma que o casamento. As mudanças sociais e culturais, os padrões econômicos e a possibilidade de independência da mulher, influenciam no aumento das separações conjugais, sobretudo a mudança na lei que retira o aspecto jurídico de culpa relacionado ao divórcio (LAMELA, 2009).

Nos processos de divórcio, a intervenção da Psicologia tende a contribuir com todas as partes envolvidas, pois poderá assistir os casais e os filhos menores no enfrentamento das possíveis dificuldades resultantes da separação e do divórcio e poderá auxiliar a justiça num processo mais ágil e eficaz, na busca de uma articulação entre família e justiça, de modo a possibilitar a contextualização dos fenômenos jurídicos, incentivando a promoção de valores humanos e evitando a reprodução de leituras patologizantes dos comportamentos dos envolvidos (TRINDADE, 2012).

Esclarecer sobre o divórcio e desmistificar as suas conseqüências podem contribuir na construção de novas compreensões a respeito do tema, possibilitando à comunidade científica e profissionais que atuam na área a lidar de formas adequadas com famílias em situação de separação conjugal, além de contribuir na minimização dos efeitos negativos que estejam vinculados ao contexto da separação conjugal. E ao conhecer melhor os eventos estressantes dos relacionamentos, torna-se possível um rearranjo das relações que se estabelecem para que se

produzam consequências amenas o que diminuirá os impactos negativos desta situação.

Nesse sentido, em meio a tantas mudanças e possibilidades para os casais essa pesquisa levanta o seguinte questionamento: Como os pais tem se comportado frente à separação conjugal e como tem sido a manutenção da relação parental após o divórcio?

À vista disso o presente estudo teve como objetivo geral investigar as relações parentais após a separação conjugal a partir do relato verbal dos filhos adultos; e, além disso, essa pesquisa procurou analisar a partir do relato verbal dos filhos as consequências das relações de contingências estabelecidas após o divórcio; averiguar a partir do relato verbal dos filhos as influências das práticas educativas parentais para a qualidade da relação entre pais e filhos; investigar a construção de autorregras dos filhos para explicar os próprios comportamentos e quais as relações feitas com as práticas educativas parentais e analisar possíveis distanciamentos de um dos pais após o divórcio.



## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 FAMÍLIA

#### 2.1.1 Aspectos históricos sobre a constituição familiar

De acordo com Osório, citado por Chaves e Maciel (2005) relação conjugal diz respeito ao relacionamento mantido entre um homem e uma mulher ou entre pessoas do mesmo sexo, cuja união ocorre por meio do vínculo de natureza afetiva e sexual, e por isso as pessoas decidem participar da vida um do outro mesmo que não se tenha propósito de ter filhos ou fazer cerimônias de casamento religioso ou civil. No entanto, as formas das pessoas se relacionarem, bem como as expectativas dos cônjuges frente ao matrimônio se alteraram com o passar dos anos em virtude de várias mudanças ambientais dentre elas os aspectos sociais, econômicos e políticos.

Mediante o estudo do tema percebeu-se a necessidade de abordar sobre os aspectos históricos que envolvem as estruturas parentais principalmente no que tange ao cuidado e educação dos filhos, pois a realidade da família contemporânea em que pai e mãe são cuidadores atuantes nem sempre existiu, segundo Papalia, Olds e Feldman (2010, p. 14, grifo dos autores):

Família pode ter significado diferente em diversas épocas e lugares. A **família nuclear** é uma unidade econômica e doméstica que compreende laços de parentesco envolvendo duas gerações e que consiste em um ou dois genitores e seus filhos biológicos, adotados ou enteados. Historicamente, a família nuclear com dois genitores tem sido a unidade familiar dominante nas cidades ocidentais. Pais e filhos costumavam trabalhar lado a lado na propriedade da família. Hoje, por exemplo a maioria das famílias é urbana; tem menos filhos e tanto o pai quanto a mãe provavelmente trabalham extra-domiciliariamente. Os filhos passam boa parte do tempo na escola ou na creche. Filhos de pais divorciados talvez morem na casa da mãe ou do pai, ou poderão deslocar-se entre uma e outra.

Durante a Idade Média, considera-se que o único sentimento familiar que existia estava ligado à linhagem e aos laços sanguíneos, desconsiderando os valores da convivência familiar e da relação propriamente dita. O sentimento de família estava relacionado a casa, ao gerenciamento da casa e a vida na casa. A partir do século XIV houve uma destituição progressiva da mulher no lar. No século XVI a mulher casada torna-se impossibilitada de qualquer ação que não tenha sido autorizada

pelo marido ou pela justiça. Dessa forma, o homem assume uma relação autoritária em relação à mulher e aos filhos (ARIÈS, 1981).

No período Brasil-Colônia a família predominante era a família patriarcal rural com vistas a produzir para a exportação, devastação da terra e exploração do trabalho escravo. Uma família que além de escravista, caracterizava-se por uma família “poligâmica” cujas regras morais estabeleciam todas as possibilidades sexuais ativas para o homem branco enquanto que as mulheres deveriam preservar a castidade quando solteiras e posteriormente a fidelidade no casamento (ALMEIDA, A., 1987).

Entre os séculos XIX e XX ocorreram várias mudanças sociais, políticas e econômicas. Sob influência do capitalismo houve o aumento da necessidade de consumo, estimulou-se o uso de pílulas anticoncepcionais e a mulher partiu para o mercado de trabalho, modificando assim o modelo de família que antes era predominantemente patriarcal em que o homem era o único provedor e chefe da família e a mulher a responsável em tempo integral pelos cuidados da casa e dos filhos. Com as mudanças ocorridas quebra-se o modelo hierarquizado diminuindo o autoritarismo paterno, o homem passa a colaborar nos afazeres domésticos e no cuidado com os filhos. Cabe destacar que a mudança social da família também foi influenciada por outras variáveis como a medicina e os movimentos feministas (PRÓCHNO; PARAVIDINI; CUNHA, 2011).

Comportamentos de submissão das mulheres eram comuns nos períodos Colonial e Imperial. Nesse período algumas mulheres começaram a apresentar comportamentos divergentes das regras impostas pela sociedade. Nas épocas Republicana e Contemporânea a queda do domínio da igreja, a propagação dos meios de comunicação como imprensa e novelas apresentaram condições que possibilitaram comportamentos incompatíveis com a submissão feminina; as moças começam a andar sozinhas na rua, podem trabalhar fora de casa, começam a questionar sobre a castidade e podem se ingressar em universidades (VERNEQUE; FERREIRA; TEIXEIRA, 2003).

As mulheres enfrentaram grandes agentes de controle: igreja, leis patriarcais, educação machista, etc. E ao emitir comportamentos divergentes das regras, que podem ser descritos como contracontrole, no qual emitiam novos comportamentos impedindo que os agentes de controle continuassem controlando seus comportamentos, essas mulheres tiveram consequências reforçadoras como o

contato social, independência, conhecimentos acadêmicos, etc. (VERNEQUE; FERREIRA; TEIXEIRA, 2003).

Entendemos como consequências reforçadoras aquelas consequências “que aumentam ou mantêm o responder” (CATANIA, 1999, p. 38), ou seja, ao emitir comportamentos incompatíveis com as regras as mulheres entraram em contato com consequências que aumentaram a probabilidade de continuarem se comportando contrárias as regras preestabelecidas socialmente. O conceito de consequências reforçadoras será discutido mais detalhadamente no capítulo 2 deste estudo, que discorre sobre a análise do comportamento.

A inserção da mulher no mercado de trabalho e sua conseqüente ausência da cena familiar implicou que o homem se tornasse mais participativo, se envolvesse nos relacionamentos afetivos e familiares, construindo assim uma nova concepção de masculinidade, além de um novo significado à paternidade (TEYKAL; ROCHA-COUTINHO, 2007).

Dorais, citado por Dantas, Jablonski e Féres-Carneiro (2004) afirma que frente às mudanças sociais os homens no exercício da paternidade experimentam alguns desafios, um deles é a manutenção da figura parental que apesar das mudanças sociais e familiares terá que estabelecer um vínculo com os filhos. Outro desafio se refere a se adequar à emancipação feminina, pois implica em um pai mais presente e participativo na criação dos filhos, que divide as atividades, que impõe regras junto com a mãe, com hábitos que implicam na participação de ambos os pais cujas práticas se orientam para o bem-estar e desenvolvimento satisfatório dos filhos.

Em consonância com esta discussão,

A análise do comportamento, baseada na filosofia do Behaviorismo Radical, enfatiza a importância da identificação das condições antecedentes e conseqüentes dos comportamentos, isto é, a importância de análises funcionais dos comportamentos, que permitam a descrição, explicação, predição e controle dos mesmos. De acordo com este modelo teórico-conceitual, a evolução cultural corresponde a uma evolução de contingências sociais. Assim sendo, a trajetória dos padrões culturais de relações familiares corresponde a uma trajetória de contingências sociais, selecionadas pelo ambiente social, dentre as variações de práticas correspondentes, fornecidas pelas respectivas comunidades culturais (VERNEQUE; FERREIRA; TEIXEIRA, 2003, p. 112).

## 2.1.2 Separação conjugal

“Utiliza-se o termo *separação* para indicar processos de rompimento de vínculo familiar; em sentido lato, refere-se às modalidades jurídicas de separação, divórcio e dissolução de união estável” (FIORELLI; MANGINI, 2015, p. 307, grifo dos autores).

No Brasil o divórcio só foi regulamentado em 1977, antes disso, a separação conjugal não era reconhecida perante a lei, além de que não era permitido um novo casamento após a separação. Com a mudança na lei houve a possibilidade da formação de novos modelos familiares, que foram reorganizados a partir da separação e de novos casamentos (CANO et al., 2009, p. 214).

A independência financeira da mulher associada aos novos padrões sociais ocasionou matrimônios cada vez mais livres, no qual a relação heterônoma entre homem e mulher passa a ser menos reforçada e abre espaço para uma relação mais igualitária em que a mulher se torna menos submissa. Além disso, o divórcio deixa de ser mal visto pela sociedade, tornando-se um direito (PRÓCHNO; PARAVIDINI; CUNHA, 2011).

Quando se fala sobre o divórcio, uma das consequências levantadas na discussão é sobre com quem ficará os filhos, nesse sentido os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014) apontam que quando ocorre divórcio a guarda dos filhos menores de dezoito anos geralmente fica com a mãe e essa predominância das mulheres ocorre em todo o país. Os dados apontaram também que a guarda compartilhada tem crescido no país, mas ainda é um número relativamente pequeno. Esses dados se encontram melhor detalhados na tabela abaixo:

Tabela 1 - Proporção de divórcios judiciais concedidos, por responsável pela guarda dos filhos menores - 1984/2014

Ano	Proporção de divórcios judiciais concedidos, por responsável pela guarda dos filhos menores (%)				
	Homem	Mulher	Ambos	Outro	Sem declaração
1984	12,3	78,9	3,5	2,9	2,3
1994	7,2	88,0	2,9	1,5	0,5
2004	6,2	89,7	2,7	1,2	0,2
2014	5,5	85,1	7,5	1,0	1,0

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014).

Ao pesquisar sobre as separações conjugais e o relacionamento com os filhos durante e após o divórcio encontramos muitas pesquisas relacionadas ao distanciamento do pai do contexto familiar e da educação dos filhos. É possível que a influência para essas pesquisas sejam em virtude dessa realidade de que a maior parte da guarda dos filhos permanece com a mãe como demonstrado na tabela acima que em 2014 as mulheres tiveram 85,1% da guarda dos filhos e os homens tiveram 5,5% da guarda.

A separação conjugal é uma consequência da mudança nas relações, que passa a obedecer outras variáveis, como o capitalismo, preocupações com o próprio indivíduo, mas também a possibilidade do indivíduo escolher se quer ou não continuar na relação. Ao fazer uma revisão sobre o tema é comum encontrar pesquisas que destacam as consequências negativas da separação conjugal.

A literatura psicológica tem dado prioridade ao estudo das consequências negativas do divórcio nas trajetórias desenvolvimentais de todos os membros da família, através da pesquisa exaustiva de problemas de ajustamento que provariam que o divórcio é por si só um fator de desestabilização e risco psicopatológico (LAMELA, 2009, p.114).

As mudanças no ambiente familiar ocasionadas pelo divórcio podem ser aversivas e afetar negativamente o desenvolvimento das crianças e adolescentes. O conflito conjugal é um dos principais estressores tanto antes como após a separação, bem como a perda de contato com um dos pais. A forma como a criança responderá a essas experiências aversivas dependerão das características individuais de cada um e do arranjo de contingências (TSCHANN apud ALMEIDA, C. et al., 2000).

O vínculo conjugal não é regulado apenas por um conjunto de regras fixas, estabelecidas pela moral, pela cultura, pela sociedade e por leis jurídicas, mas também é constituída na relação direta do casal que constrói regras válidas para esta união. Os parceiros quando resolvem dividir uma vida conjugal tem seu comportamento afetado pelo comportamento do cônjuge (KRÜGER, 2009).

A tomada de decisão sobre separar-se nem sempre é uma tarefa fácil, frequentemente é seguida de uma condição de indecisão, principalmente quando se avalia os possíveis efeitos sobre a configuração familiar. Em alguns casos, não muito comuns, é possível um acordo entre os membros sobre a separação e se chegam a conclusão de que esta é seja a decisão mais apropriada, com a ausência de conflitos e do afastamento de condições aversivas, permite-se que haja uma

reestruturação mais tranquila do sistema familiar. No entanto, em geral a separação decorre da iniciativa de um dos cônjuges e da não aceitação do outro, e ainda que em dados contextos o divórcio seja a opção mais adequada devido à dificuldade de relacionamento dos membros, esta experiência pode ser estressante, devido ao arranjo de todas as contingências aversivas que se estabelecem (ROSA; OLIVEIRA; CRUZ, 2005).

Em uma pesquisa realizada com pais sobre a relação de paternidade após a separação conjugal Ramires, citado por Dantas, Jablonski e Féres-Carneiro (2004), verificou que a relação dos pais com os filhos após o divórcio melhorou a qualidade com o passar do tempo, pois os pais quando estão juntos com os filhos dedicam o tempo a eles, produzindo aumento da cumplicidade e intimidade entre os pais e os filhos. A pesquisa sugere que devido ao afastamento do cotidiano e menor contato com o filho, os pais parecem tentar compensar melhorando a qualidade da relação quando se encontram com os filhos.

Por outro lado, Furstenberg e Nord (apud DANTAS; JABLONSKI; FÉRES-CARNEIRO, 2004) se contrapõem a ideia de que na separação conjugal ocorre uma melhora no relacionamento dos pais com os filhos. Levando em consideração as relações em que os filhos ficam sob a guarda da mãe um fator importante para o distanciamento da relação entre pai e filho se refere ao pai se casar novamente e formar outra família, pois muitas vezes o pai biológico se afasta dos filhos do primeiro casamento. Este distanciamento dá lugar às novas configurações familiares e a paternidade biológica abre espaço para outras relações, na qual a criança forma laços afetivos com outras figuras masculinas, como, o novo namorado ou marido da mãe, ou algum parente próximo que se comporte como tal. E o novo casamento aumenta a complexidade das relações, em que os pais e mães biológicos necessitam se adaptar ao convívio com os outros indivíduos, aumentando a quantidade de pessoas implicadas na educação e nos cuidados com os filhos.

Eggebeen e Knoester (apud DANTAS; JABLONSKI; FÉRES-CARNEIRO, 2004) apontam dados relativos ao relacionamento do pai e da mãe após a separação. De acordo com os autores, geralmente a comunicação entre os pais é restrita, o que sugere que o modelo de cooperação na educação e nos cuidados com os filhos costumam ser raros. Muitas vezes a interlocução passa a ser feita pelos próprios filhos que se tornam mediadores da relação entre os pais. O filho pode desenvolver

estratégias nessa comunicação indireta para diminuir o desgaste gerado pelos adultos. Todavia, quando o pai se implica no cuidado com os filhos, as queixas da mãe a despeito da ausência e falta de responsabilidade do pai tende a diminuir substancialmente. King e Heard (apud DANTAS; JABLONSKI; FÉRES-CARNEIRO, 2004) afirmam ainda que o contentamento das mães em relação ao comportamento dos pais após a separação é muito importante e irá favorecer a acomodação do filho a situação atual. Assim sendo, mães que não se sentem satisfeitas e felizes tendem a influenciar seus filhos, comportando-se de modo inadequado.

Apesar das reclamações das mães referentes ao pouco envolvimento e responsabilidade dos pais que não residem mais com seus filhos, esses descontentamentos tendem a reduzir quando os pais estabelecem maior contato com os filhos, mesmo que o contato e as visitas aumentem os conflitos. A satisfação da mãe costuma influenciar de forma positiva no comportamento do pai que por consequência irá favorecer o filho. O grau de satisfação da mãe é pertinente, pois irá influenciar nas visitas e, por conseguinte no bem-estar da criança. Possivelmente o contexto favorável para o filho que possui pais separados é o que permite que a criança mantenha contato e encontros continuados com o pai e cuja mãe não interfira na relação entre pai e filho. De outro modo, mesmo que o pai visite os filhos com frequência, mas a mãe esteja insatisfeita, esta pode influenciar negativamente, e os filhos podem apresentar dificuldades comportamentais, no qual a criança fica no meio de conflitos e geralmente é cobrado lealdade por parte dos pais (DANTAS; JABLONSKI; FÉRES-CARNEIRO, 2004).

Apesar de algumas pesquisas indicarem os efeitos negativos da separação conjugal, outros estudos têm apontado que grande parte das crianças não apresentam problemas comportamentais decorrentes da separação dos pais, o que tem feito com que outros pesquisadores investiguem os motivos para essa variação. Matos (apud BOAS; BOLSONI-SILVA, 2010) afirma que as pesquisas voltadas para o desenvolvimento infantil devem verificar o ambiente e as interações que ocorrem nele para que se compreendam os eventos responsáveis pela variação do comportamento das crianças. Nesse sentido, ao estudar sobre a separação conjugal não devemos supor de imediato que ela trará prejuízos para os filhos, o que deve ser analisado é a qualidade das relações parentais e a interação do filho com seu ambiente.

### 2.1.3 Alienação parental

Em contextos de separação conjugal em que o divórcio não focaliza as relações parentais pode levar os pais a algumas práticas inadequadas, como por exemplo, a alienação parental.

Na década de 80, Richard Gardner um psiquiatra norte americano nomeia de Síndrome de Alienação Parental (SAP) o processo que consiste em programar ou fazer uma lavagem cerebral na criança ou adolescente para que estes odeiem e depreciem um dos genitores, vale destacar que essa terminologia é utilizada pelo autor. Essa manipulação geralmente é realizada em processos de disputa litigiosa pela guarda do filho e na maioria das vezes é feita pela mãe que frequentemente detém a guarda da criança (SOUSA; BRITO, 2011).

Gardner considera a SAP como um distúrbio infantil e justifica a utilização do termo síndrome por haver contribuição da criança na campanha de desmoralização contra o genitor alienado sem que haja justificativa plausível para esse comportamento. O autor argumenta ainda que em casos de SAP há um conjunto de sintomas típicos nas crianças, tais como, campanha depreciativa contra o genitor alienado, justificativas inconsistentes para sustentar essas atitudes, ausência de ambivalência pois o único sentimento evocado é o ódio, o filho afirma que não há influência de outras pessoas, a criança adota postura de defesa em relação ao genitor alienador, ausência de culpa em difamar o genitor alienado, presença de cenas em que o filho cita situações que não aconteceram e hostilidade extensiva aos outros membros da família do genitor alienado (LAGO; BANDEIRA, 2009).

Existem controvérsias quanto à utilização do termo alienação parental ou síndrome da alienação parental:

Há aqueles que utilizam o termo alienação parental em vez de síndrome de alienação parental. Geralmente se trata de indivíduos que sabem da existência da síndrome de alienação parental, mas querem evitar utilizá-la, pois pode ser considerado em alguns círculos como sendo —politicamente incorreto. Mas estão, basicamente, descrevendo a mesma entidade clínica. (...) Infelizmente, a substituição do termo alienação parental por síndrome de alienação parental apenas resulta em confusão. Alienação parental é um termo mais geral, enquanto síndrome de alienação parental é um subtipo muito específico de alienação parental. A alienação parental possui muitas causas, por exemplo, a negligência parental, o abuso (físico, emocional e sexual), abandono, e outros comportamentos parentais alienadores. A síndrome de alienação parental é uma subcategoria específica de alienação parental, que resulta de uma combinação de programação parental e

contribuições da própria criança, e é encontrado quase que exclusivamente no contexto de disputas pela custódia dos filhos. É esta combinação particular que justifica a designação síndrome de alienação parental (GARDNER apud OLIVEIRA, 2012, p. 106).

Apesar da justificativa de Gardner para o uso do termo síndrome da alienação parental optou-se por utilizar neste trabalho apenas o termo alienação parental, pois abordamos o conjunto de comportamentos entendidos como a “relação entre organismo e ambiente” (TOURINHO; SÉRIO, 2010, p. 1) emitidos pelas crianças ou adolescentes como fruto das contingências “[...] qualquer relação de dependência entre eventos ambientais ou entre eventos comportamentais e ambientais [...]” (CATANIA, 1993; SKINNER, 1953, 1969, TODOROV, 1985, apud SOUZA, 2001, p.83) do qual é função, desconsiderando assim a presença de uma patologia ou estado mental para tais comportamentos.

A alienação parental pode provocar vários danos nas crianças dentre eles, depressão, inadaptação social, sentimentos de culpa e isolamento, comportamentos agressivos e às vezes suicídio. Estudos têm mostrado que, na idade adulta, as pessoas que sofreram alienação parental tem propensão ao uso de bebidas alcóolicas e drogas, além de apresentar outros sintomas de mal estar (PODEVYN apud TRINDADE, 2012).

A alienação parental pode ser prejudicial ao desenvolvimento da criança quando se restringe o acesso ao ambiente social, diminuindo as possibilidades de convivência com seus familiares, com os espaços de socialização e quando se quebra o vínculo com pessoas significativas na vida da criança, diminuindo suas possibilidades de interação com o meio e construção de repertórios comportamentais (SILVA, 2010).

Com o intuito de proteger os direitos fundamentais das crianças e adolescentes e implantar medidas que inibam a prática da alienação parental foi sancionada em 26 de agosto de 2010, a Lei Nº 12.318 que dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, decretado nos artigos 2º e 3º:

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

- II - dificultar o exercício da autoridade parental;
  - III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;
  - IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
  - V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;
  - VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;
  - VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.
- Art. 3º A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda (BRASIL, 2010).

E ainda na mesma Lei Nº 12.318 que dispõe sobre a alienação parental, art. 6º é resguardada algumas medidas punitivas em caso de constatação da alienação parental:

- Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:
- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
  - II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
  - III - estipular multa ao alienador;
  - IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
  - V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
  - VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
  - VII - declarar a suspensão da autoridade parental (BRASIL, 2010).

#### **2.1.4 Estilos parentais e práticas educativas parentais**

Alguns autores estudam sobre o relacionamento entre pais e filhos e fazem definições de alguns estilos parentais e sobre as práticas educativas e tentam definir como essas práticas podem influenciar nos comportamentos de habilidades sociais dos filhos, e quais são suas influências para os comportamentos pró-social e antissocial (BOLSONI-SILVA, 2003; GOMIDE, 2001; PACHECO; TEIXEIRA;

GOMES, 1999; SALVO; SILVARES; TONI, 2005 apud BOAS; BOLSONI-SILVA, 2010).

Estilo Parental é definido como o conjunto das práticas educativas parentais ou atitudes parentais utilizadas pelos cuidadores com o objetivo de educar, socializar, e controlar o comportamento de seus filhos. As práticas educativas são definidas como estratégias específicas utilizadas pelos pais em diferentes contextos (Reppold, Pacheco, Bardagi & Hutz, 2002). Significa dizer que o Estilo Parental é o resultado da confluência de forças das práticas educativas parentais, ou seja, em um Estilo Parental Positivo, as práticas educativas positivas são prevalentes às negativas e, por outro lado, se o Estilo Parental for negativo, as práticas negativas se sobrepõem às positivas (GOMIDE, 2006, p. 7).

Para Gomide (2006) as práticas educativas positivas são caracterizadas pela *monitoria positiva* que inclui usar adequadamente a atenção e a concessão de benefícios, uso de regras de forma adequada, emitir afeto de forma contínua e segura, assistência e supervisão das tarefas escolares e das atividades de lazer, e o *comportamento moral* que se refere à promoção de oportunidades que favoreçam o desenvolvimento das virtudes, como, senso de justiça, empatia, responsabilidade, generosidade, trabalho e discriminação do que é certo e errado sobre sexo seguro, uso de drogas e álcool a partir do exemplo fornecido pelos pais. Já as práticas educativas negativas envolvem *negligência*, que compreende à falta de atenção e afeto; o *abuso físico e psicológico*, que é a disciplina com condutas corporais negativas, chantagem de abandono, ameaças e chantagens de humilhação do filho; a *disciplina relaxada* que se refere ao relaxamento das regras definidas; a *punição inconsistente*, na qual o ato de punir ou reforçar os filhos são baseados no humor dos pais e não nos comportamentos dos filhos propriamente ditos; e a *monitoria negativa*, entendida como instruções excessivas independente de serem cumpridas, resultando em um ambiente de convivência hostil.

Baumrind, citado por Weber e outros (2006) apresentou três modelos parentais compreendidos por autoritativo, autoritário e permissivo que são estabelecidos pelo controle exercido pelos pais. O *estilo autoritativo* se refere ao modelo de pais que utilizam principalmente o reforçamento positivo e fazem uso de regras consistentes e claras para educar os filhos, nesse caso os pais direcionam as tarefas das crianças, mas consideram a opinião delas. O *estilo autoritário* diz respeito aos pais que fazem uso predominante de reforçamento negativo e punição, os comportamentos dos filhos são controlados por padrões imperiosos em que a opinião e autonomia das crianças são rejeitados. E o *estilo permissivo* em que os pais geralmente fazem uso

de reforçamento positivo, mas não cobram comprometimento e responsabilidade da criança, não monitoram seus comportamentos permitindo que elas se autorregulem.

Maccoby e Martin (apud WEBER, 2006) mais tarde dividem o estilo permissivo em dois tipos, o negligente e o indulgente que é caracterizado pelas proporções de responsividade e exigências feitas pelos pais. Os autores designaram então quatro estilos parentais, os modelos autoritário e autoritativo proposto por Baumrind e os dois novos estilos o negligente e o indulgente. A responsividade se refere aos comportamentos dos pais de compreender os filhos, de demonstrar afetividade, aprovação e manter comunicação e as exigências são os comportamentos de estabelecer regras e limites, disciplina e controle. De acordo com os autores os pais autoritários possuem padrão alto de exigência e baixa responsividade, os autoritativos têm alta responsividade e alta exigência, e os permissivos possuem alta responsividade e baixa exigência e os negligentes tem baixa exigência e baixa responsividade. Para os autores o estilo autoritativo de pais com alta exigência e responsividade produzem crianças mais habilidosas social e emocionalmente, já os estilos indulgente e negligente podem gerar problemas no desenvolvimento dos filhos.

Estilos parentais e práticas educativas parentais não são sinônimos, portanto, é necessário destacar suas diferenças, para Darling e Steinberg, citados por Weber e outros (2006, p. 408) estilo parental pode ser entendido “[...] como o contexto em que os pais influenciam seus filhos através de suas práticas de acordo com suas crenças e valores, indo além da combinação entre exigência e responsividade”. E práticas parentais “[...] correspondem a comportamentos definidos por conteúdos específicos e são estratégias usadas para suprimir comportamentos considerados inadequados ou incentivar a ocorrência de comportamentos adequados” (ALVARENGA apud WEBER et al., 2006, p. 408).

Justifica-se estudar o relacionamento entre pais e filhos através dos estilos parentais por evitar que sejam feitas associações errôneas entre comportamentos isolados dos pais e características dos filhos. O comportamento dos pais de bater, por exemplo, pode oferecer consequências ao desenvolvimento do filho, mas fazer explicações sobre este comportamento de forma isolada pode induzir a interpretações equivocadas (DARLING apud WEBER et al., 2004).

Neste trabalho abordamos os estilos e as práticas educativas parentais para analisar as características das relações entre pais e filhos, mas o objetivo é verificar a qualidade da relação em si, como por exemplo, os sentimentos que os filhos têm em relação aos pais, e não necessariamente as consequências das práticas educativas para o comportamento de habilidades sociais dos filhos, pois pela característica do presente estudo não tivemos controle sobre todas as contingências que nos possibilitassem fazer esse tipo de afirmação.

Destaca-se também que as práticas educativas parentais influenciam nos efeitos que a separação conjugal pode produzir nos filhos

Em famílias separadas, estudos mostram que as práticas educativas dos pais também estão associadas ao comportamento dos filhos (Wood, Repetti & Roesch, 2004) e podem funcionar como mediadoras dos efeitos da separação sobre problemas de comportamento das crianças (Pett, Wampold, Turner & Vaughan-Cole, 1999). Wolchik, Wilcox, Tein e Sandler (2000), por exemplo, observaram que práticas educativas maternas relacionadas à aceitação e à consistência na disciplina minimizaram os efeitos negativos da separação para os filhos, especificamente, o surgimento de problemas de comportamento. Os autores consideraram que, ao manter diálogos com os filhos, as mães poderiam ajudá-los a lidar com dificuldades advindas da transição na estrutura familiar, por exemplo, com o medo do abandono em relação às figuras parentais (BOAS; BOLSONI-SILVA, 2010, p. 302).

Em uma pesquisa realizada com jovens entre 16 e 26 anos na Universidade Federal do Paraná sobre as práticas educativas maternas e habilidades sociais dos jovens, Weber e Ton (2011) encontraram uma relação estatisticamente relevante através das análises de cluster que é agrupamento dos sujeitos de acordo com características semelhantes, sobre as práticas educativas maternas e as habilidades sociais de seus filhos. Ao comparar as características das mães que estão em crise conjugal, das quais eram divorciadas em sua grande maioria, com as mães consideradas ótimas, estas, que faziam uso adequado de práticas positivas e baixas práticas negativas, constataram que o clima conjugal e o divórcio podem trazer prejuízos ao desenvolvimento das habilidades sociais dos filhos, isso porque no estudo foi constatado que os filhos de mães que estavam em crise conjugal apresentavam uma frequência inferior de altas habilidades sociais ao passo que apresentavam maior fragilidade em uma ou mais habilidades tais como, autocontrole da agressividade, habilidades de desenvoltura social e conversação ou o conhecimento para um bom desempenho social. O estudo apontou ainda que jovens provenientes de famílias com problemas conjugais podem apresentar baixa autoestima e dificuldade em defender seus direitos.

### 2.1.5 Abandono afetivo

Demonstrar afeto e envolvimento compreende incentivar, apresentar amor, orgulho e comportamentos de apoio, é importante também verbalizar explicitamente através de comentários e elogios, além de participar ativamente da vida dos filhos (AVIEZER et al., 2002; SARTOR; YOUNISS, 2002 apud WEBER; TON, 2011).

A separação se refere ao fim da relação conjugal e não da parentalidade, o papel de ambos os pais na vida dos filhos é fundamental, pois constrói e estabelece a partir da convivência modelos e valores para a formação do filho. A aceitação da paternidade responsável é indispensável para a criança em seu desenvolvimento emocional, com as condutas que cumpram os compromissos materiais e afetivos próprios da relação entre pai e filho (FIORELLI; MANGINI, 2015).

No contexto de separação é importante conhecer como acontece a relação entre pai e filhos pois,

[...] a relação entre ambos, após a separação conjugal, é uma temática que gera discussões, principalmente quanto à qualidade do tempo que pais e filhos passam juntos, bem como à qualidade da relação afetiva. Esses aspectos constituem a base para um relacionamento satisfatório que permita bem-estar aos pais e pleno desenvolvimento emocional aos filhos (SOUZA; SMEHA; AREND, 2012, p. 10).

Marsiglio e outros, citado por Dantas, Jablonski e Féres-Carneiro (2004), sugerem que a assiduidade dos encontros entre pais e filhos e os sentimentos que estes nutrem pelos pais não devem ser correlacionados com o desenvolvimento do filho. Os autores apontam também que o convívio entre pais e filhos que não moram juntos costuma ser direcionado ao lazer, não contribuindo positivamente para o desenvolvimento dos filhos. No texto citado, os autores não fazem menção às práticas educativas parentais, mas, baseando na discussão realizada no item 2.1.4 do presente estudo, podemos afirmar que as visitas voltadas ao lazer não auxiliarem no desenvolvimentos das crianças, podemos afirmar que a sugestão dos autores está adequada pois é necessário que sejam adotadas práticas educativas para um desenvolvimento assertivo dos filhos e que o modelo mais adequado é o modelo autoritativo.

De acordo com Dantas, Jablonski e Féres-Carneiro (2004) é importante entender como e porque ocorre o distanciamento entre os pais não residentes e os filhos após o divórcio, pois auxilia na compreensão dos efeitos da separação dos pais nas

crianças. É possível que uma das dificuldades se refira a inabilidade em oferecer apoio aos filhos e também pela dificuldade em se relacionar com o ex-cônjuge. Stewart, citado por Dantas, Jablonski e Féres-Carneiro (2004) sugere que o pai não residente possui dificuldades no envolvimento e na presença cotidiana dos filhos por questões emocionais. Outro fator pode se referir a sucessão conjugal em que o pai biológico se torna o pai social na outra família, o que reforça a noção de que os laços sociais estão assumindo o lugar dos laços biológicos.

É importante destacar que nem sempre a separação é ruim, pois em alguns casos o convívio diário é muito mais conflituoso e aversivo, e sendo assim o divórcio se torna uma opção aceitável.

Gostaríamos de acrescentar que, além do relacionamento estabelecido entre pais e filhos, outros aspectos também devem ser considerados para que se possa contextualizar a situação de cada família específica. Por que o casal resolveu se separar? Será que a separação também não pode trazer um grande alívio para problemas enfrentados pelos membros daquela família? Ao olharmos por essa ótica, veremos que, muitas vezes, a separação traz satisfação e felicidade para os pais, que poderão servir de exemplo aos seus filhos para que eles também possam buscar relacionamentos felizes e satisfatórios (DANTAS; JABLONSKI; FÉRES-CARNEIRO, 2004, p. 353).

## 2.2 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Para compreender a definição de análise comportamento é preciso conhecer alguns aspectos históricos e influências que a psicologia comportamental sofreu desde a sua origem, portanto, faremos uma breve explanação sobre o tema.

A Análise do Comportamento é frequentemente referida como uma orientação teórico-metodológica em Psicologia, amplamente sustentada na obra filosófica e científica de B. F. Skinner. Considerando essa vinculação filosófica e científica como um marco histórico para datar o início da Análise do Comportamento pode-se afirmar que tal orientação tem uma longa história que efetivamente construiu as feições que hoje podem ser vistas como suas características identificadoras. Assim, ao lado do compromisso filosófico e da produção científica dos fundadores, essa história deve ser um elemento fundamental em qualquer tentativa de elaborar uma definição razoavelmente compreensível dessa orientação (TOURINHO; SÉRIO, 2010, p. 1).

A psicologia se tornou ciência em 1879 por Wilhelm Wundt e desde então se dedicou ao estudo da mente ou da consciência humana. Em 1913, John B. Watson, psicólogo americano, sob forte influência do pensamento científico da época, questiona o porquê do objeto de estudo da psicologia não ser algo observável, e propõe que o objeto de estudo desta ciência passe a ser o comportamento por ser

passível de ser observado e medido. Se opondo ao Mentalismo e ao introspeccionismo, Watson passa a utilizar métodos objetivos para a coleta de dados. A concepção de Watson não nega a existência da consciência, dos estados mentais e dos sentimentos, mas nega seu estudo através da ciência pela impossibilidade de serem observados externamente, nesse caminho Watson inaugura uma escola com pressupostos filosóficos distintos dos já estabelecidos pela psicologia e desenvolve uma metodologia de observação do comportamento e que posteriormente passa a ser chamada de Behaviorismo Metodológico. Cabe destacar que ao se opor ao mentalismo Watson não propõe reformular a psicologia, mas, seu objeto de estudo (MATOS, 2001a).

Watson teve sua teoria influenciada pelo fisiologista russo Ivan P. Pavlov, este que a partir de seus experimentos, introduz o termo estímulo (S) para se referir a ação do ambiente sobre o organismo, que também poderia ser uma operação estabelecida pelo experimentador, em que a mudança no ambiente causava uma alteração no organismo definida como resposta (R). A modificação do organismo biológico, em seu sistema glandular e muscular passa a ser concebida como comportamento para o Behaviorista. A operacionalização da proposta de Watson pode ser formulada da seguinte forma S→R que representa uma relação de causa direta do ambiente sobre o organismo. Pela forte influência dos experimentos de Pavlov no Behaviorismo Metodológico, este passa a ser conhecido como Psicologia S-R (MATOS, 2001a).

Watson pesquisou bastante sobre comportamentos reflexos ou respondentes, que são comportamentos herdados da espécie, e os reflexos condicionados que são comportamentos aprendidos. O comportamento respondente indica uma relação de causa e efeito, uma causalidade mecânica que se assemelhava a noção de máquina do século XIX, o que gerou uma concepção negativa ao trabalho de Watson, e o trabalho de Pavlov publicado na mesma época recebeu a mesma conotação. Watson realizou muitos de seus trabalhos com os cães de Pavlov e os ratos brancos da Psicologia animal e usou conhecimentos da anatomia e fisiologia. Watson não foi bem aceito pela maioria dos psicólogos da época e seus pressupostos geraram muita confusão no início do movimento, e apesar da análise científica do comportamento ter passado por grandes progressos, e as limitações das postulações de Watson terem sido superadas, as críticas continuam sendo feitas

seja por psicólogos, historiadores, cientistas sociais, filósofos, dentre outros (SKINNER, 2006).

Skinner (2003) alguns anos mais tarde, em 1931 se propõe estudar o comportamento e inaugura a Ciência do Comportamento. Para o autor o comportamento é difícil de ser estudado não pela sua inacessibilidade, mas por sua complexidade. De acordo com Skinner o comportamento não é uma coisa e sim um processo e é mutável, o que exige várias habilidades do cientista que se propõe estudá-lo. Skinner, sob influência das ciências físicas afirma que ao se pesquisar sobre o comportamento humano é possível observar algum tipo de ordem.

Skinner (2006) apresenta o Behaviorismo Radical como a filosofia da Ciência do Comportamento e ao contrário do Behaviorismo Metodológico assegura que é possível o autoconhecimento e a auto-observação, mas nega que a origem dos eventos privados tenha uma causa interna ou mental, para Skinner sua natureza está no ambiente e tais eventos privados são comportamentos do próprio organismo produto da interação com o ambiente.

Pode-se dizer que o behaviorismo metodológico e certas versões do positivismo lógico ignoram a consciência, os sentimentos e os estados mentais, mas o behaviorismo radical não “decapita o organismo” com isso; não “varre o problema da subjetividade para baixo do tapete”; não “mantém uma metodologia estritamente comportamental com tratar os informes da introspecção simplesmente como comportamento verbal” e não visa a “permitir que a consciência se atrofiasse” (SKINNER, 2006, p. 187).

Ao estudar sobre o Behaviorismo Radical é importante situar o momento da produção teórica de Skinner, algumas críticas feitas a este autor se dão pela fase inicial do pensamento dele e ignoram os avanços de sua produção posterior. No entanto, algumas características do pensamento de Skinner de modo geral se mantiveram constantes ao longo de sua obra, mas mesmo essas características identificadoras de sua obra receberam interpretações diferentes em cada momento de trabalho. Os aspectos marcantes do pensamento de Skinner que atravessaram toda a sua obra podem ser descritos como, o comportamento como objeto de estudo da psicologia; conceber o comportamento como determinado; usar dados empíricos para a realização de seus estudos; realizar uma análise científica do comportamento baseado na concepção de ciência segundo o conceito de ciência natural; distanciar-se da visão metafísica para o estudo científico e a noção de previsão e controle do comportamento (MICHELETTO, 2001a).

### 2.2.1 Seleção pelas consequências

Devemos começar definindo o que é comportamento na perspectiva da análise do comportamento e que de acordo com Pessoa e Velasco (2012, p. 25) “comportamento deve ser entendido como relação entre organismo e ambiente, ou seja, o intercâmbio que ocorre entre respostas emitidas pelo organismo e aqueles eventos do universo que estão diretamente relacionados a elas”.

Para a Análise do Comportamento, o comportamento não deve ser analisado isoladamente, mas deve ser entendido dentro de um contexto, considerando as variáveis do ambiente do qual é função.

O hábito de buscar dentro do organismo uma explicação do comportamento tende a obscurecer as variáveis que estão ao alcance de uma análise científica. Estas variáveis estão fora do organismo, em seu ambiente imediato e em sua história ambiental. Estas variáveis independentes são de várias espécies e suas relações com o comportamento são quase sempre sutis e complexas, mas não se pode esperar uma explicação adequada do comportamento sem analisá-las (SKINNER, 2003, p.33).

A Análise do Comportamento estuda os processos de aprendizagem e de modificação do comportamento, levando em consideração a relação de eventos comportamentais com outros eventos, sejam com as respostas dos próprios indivíduos, de outros indivíduos ou do ambiente físico e social. A atuação dos analistas do comportamento em conhecer, descrever, testar e desenvolver tecnologias para produzir, evitar ou modificar esses eventos comportamentais é chamada de controle do comportamento. O termo ‘controle do comportamento’ nesta perspectiva não é sinônimo de opressão, mas representa para os analistas do comportamento a possibilidade de identificar variáveis e condições que afetam o comportamento do indivíduo (MATOS; TOMANARI, 2002).

Nosso conhecimento cada vez maior do controle exercido pelo meio ambiente torna possível examinar o efeito do mundo dentro da pele e a natureza do autoconhecimento. Possibilita também interpretar uma ampla gama de expressões mentalistas. Por exemplo, podemos considerar aqueles traços de comportamento que levaram as pessoas a falar de um ato de vontade, de um senso de propósito, da experiência como algo distinto da realidade, de ideias inatas ou adquiridas, de lembranças, de significados, do conhecimento pessoal do cientista, e de centenas de outras coisas e acontecimentos mentalistas. Alguns podem ser “traduzidos em comportamentos”; outros, descartados como desnecessários ou sem sentido (SKINNER, 2006, p. 19).

O Behaviorismo Radical proposto por Skinner explica o comportamento a partir da existência de três níveis de determinação: a filogênese que se refere ao ambiente de

seleção das espécies (características filogenéticas ou biológicas), a ontogênese que é o ambiente operante da vida individual dos sujeitos e a cultura que é o ambiente social, e estes determinantes pode influenciar com maior ou menor intensidade interagindo entre si (MICHELETTO, 2001b).

Na ideia de que é possível uma ciência do comportamento está implícito que o comportamento, como qualquer objeto de estudo científico, é ordenado, pode ser explicado, pode ser previsto desde que se tenham os dados necessários e pode ser controlado desde que se tenham os meios necessários. Chama-se a isso determinismo, a noção de que o comportamento é determinado unicamente pela hereditariedade e pelo ambiente (BAUM, 2006, p. 25).

Skinner relaciona a ciência do comportamento com a teoria de Darwin sobre a evolução das espécies por seleção natural, desta forma, a concepção de comportamento segue a noção de seleção pelas consequências, em que os indivíduos operam sobre o ambiente, que não está pré-determinado, em direção à aquisição de comportamentos individuais que possibilita a obtenção de consequências importantes durante a vida do sujeito, assim as consequências passam a controlar os comportamentos dos indivíduos (ANDERY, 2001).

Os bebês nascem com um repertório de comportamentos que são herdados da espécie e indispensáveis para sobrevivência, como por exemplo, ao aproximar o seio da mãe à boca do bebê ele irá sugar para obtenção do alimento, este comportamento é chamado de reflexo inato ou comportamento respondente que está no nível filogenético. Na história da filogênese humana a interação se deu a partir da evolução, e alguns traços comportamentais são determinados pela genética, alguns comportamentos podem ser aprendidos e outros não (MOREIRA; MEDEIROS, 2007).

Alguns reflexos são herdados pela espécie outros podem ser aprendidos, Pavlov, em seus experimentos com cães, observou que estes aprenderam novos reflexos, pois ao emparelhar certos estímulos com outros que eliciavam determinadas respostas, os estímulos que antes eram neutros passaram a eliciá-las também. O experimento sobre aprendizagem de novos reflexos feita por Pavlov constituiu em emparelhar (apresentar simultaneamente um estímulo com o outro) para o cão, a carne e o som da sineta, a carne eliciava naturalmente no cão a resposta de salivar (estímulo incondicionado, US) e o som da sineta não eliciava a resposta de salivar (estímulo neutro, UN). Depois de aproximadamente 60 emparelhamentos dos estímulos, ou seja, a carne e o som da sineta, Pavlov observou que apenas o som

da sineta eliciava no cão a resposta de salivar, isto é, o cão aprendeu um novo reflexo, e o som da sineta passa a ser chamado de estímulo condicionado (CS) (MOREIRA; MEDEIROS, 2007).

Watson, baseando no experimento clássico sobre o condicionamento Pavloviano presumiu que também podemos aprender a sentir emoções ou respostas emocionais, que não fazem parte do nosso repertório comportamental inato. Nesse sentido Watson reproduz o experimento de Pavlov com um bebê humano, e este experimento passou a ser chamado de caso do pequeno Albert e o rato. (MOREIRA; MEDEIROS, 2007).

No experimento, Watson investigou se um ser humano poderia aprender a ter medo, e para isso controlou algumas variáveis para execução do experimento. Primeiro analisou no repertório do bebê um reflexo inato, produzindo um som alto e estridente ao bater em uma haste de metal, e isso eliciou no bebê algumas respostas fisiológicas e movimentos como contração dos músculos da face e do corpo e choro. Depois de constatar que o som estridente eliciava respostas incondicionadas de medo em Albert, Watson colocou um rato albino próximo do bebê e constatou que o rato não causava nenhuma resposta de medo em Albert. Após estes testes Watson fez o emparelhamento do rato com o som estridente, e depois de alguns emparelhamentos Watson, apresentou apenas o rato e observou em Albert respostas semelhantes com as respostas eliciadas pelo som estridente, e o experimento comprovou que é possível aprender a ter medo. Atualmente, por princípios éticos este tipo de experimento não é autorizado com seres humanos, mas o experimento de Watson nos permite compreender porque passamos a ter algumas emoções ou sensações, e que é difícil conter as emoções porque elas são respostas reflexas, além de que conhecer sobre o comportamento reflexo nos permite compreender parte da aprendizagem humana (MOREIRA; MEDEIROS, 2007).

O condicionamento respondente é uma instância de controle de estímulo aplicado a operações de apresentação de estímulo em vez de à contingências envolvendo operações de consequenciação. Em outras palavras, em vez de sinalizar as consequências do responder, um estímulo simplesmente sinaliza a apresentação de um outro estímulo. O condicionamento, por Pavlov, de reflexos de salivação, fornece o exemplo prototípico: quando uma sineta, repetidamente, sinalizava a colocação de comida na boca de um cão faminto, a salivação, que era eliciada pela comida, passou a ser eliciada também pelo estímulo sinalizador (CATANIA, 1999, p. 210).

Para compreender o comportamento Skinner (apud MICHELETTO, 2001b) propõe a partir de seus estudos e de algumas influências a noção de relação funcional entre estímulos e isto o possibilitou construir a noção de comportamento operante no qual um estímulo não elicia uma resposta, mas é controlado por suas consequências.

A seleção por consequência envolve ambientes selecionadores e um organismo que age. A determinação do ambiente não é mecânica, e o organismo que age não é o iniciador. Skinner, com essa noção de causalidade, afasta-se de todas as tentativas de buscar um agente iniciador, próprias à causalidade mecânica: desde aquelas que, como a noção estímulo-resposta, tentam dar ao ambiente um papel iniciador, até aquelas que, talvez mais arraigadas em nossa cultura, orientam concepções mentalistas, para as quais este papel é atribuído à mente criadora. A noção de seleção por consequências derruba a crença no homem como um agente criador. Para ele, o ambiente é o agente causal, não no sentido de iniciar ou eliciar comportamentos, mas no de selecioná-los (MICHELETTO, 2001b, p. 120).

Moreira e Medeiros (2007) afirmam que na ontogênese a modificação do comportamento acontece a partir da interação direta entre o ambiente e o organismo ao longo da vida, e o aprendizado ocorre através da experiência individual com o ambiente. Skinner nomeou esse segundo nível de seleção ontogenética de comportamento operante, no qual o organismo se comporta e produz consequências, que são alterações no ambiente, sendo ao mesmo tempo modificado por elas, isto é, as consequências do comportamento irão influenciar suas ocorrências futuras. Desse modo, pode-se afirmar que as consequências determinarão em algum nível se o comportamento que as produziram ocorrerá novamente, com maior ou menor frequência.

Em relação ao terceiro nível de seleção, a seleção pela cultura, Skinner (apud FALEIROS, 2003) afirma que uma cultura pode ser descrita como contingências de reforçamento social que o grupo mantém, e a cultura controla o comportamento de seus membros. A cultura se altera à sua forma, de modo que novos costumes culturais independentes de como apareçam, sejam importantes para a sobrevivência do grupo e se mantenham.

O aspecto mais importante de uma cultura assim definida é o de que ela evolui. Uma prática surge como uma mutação; ela afeta as probabilidades de o grupo vir a solucionar seus problemas; e se o grupo sobreviver, a prática sobreviverá com ele. Ela foi selecionada devido à sua contribuição para a eficácia daqueles que a praticam. Eis outro exemplo desse processo sutil chamado seleção; ele possui os mesmos traços familiares. As mutações podem ser causais. Uma cultura não carece de ter sido planejada e sua evolução não revela um propósito (SKINNER, 2006, p.174).

A seleção pela cultura se refere à variação dos costumes que se tornam vantajosas para a continuidade da cultura e são passadas para as gerações futuras. A variação das práticas culturais no terceiro nível de seleção é análoga à variação dos genes no nível filogenético (SKINNER apud ROSE, 2016). Contudo, os novos costumes podem se manifestar na formulação de regras baseadas na observação da relação de contingências, que podem controlar o comportamento de quem elaborou a regra bem como o comportamento de outras pessoas. Ao transmitir as regras para seus descendentes, mantém-se os costumes nas próximas gerações (BAUM apud ROSE, 2016). As alterações dos padrões culturais também podem ser influenciadas pelo contato com outras culturas, no qual uma cultura adquire os costumes da outra (ROSE, 2016).

Desse modo, a unidade básica de análise do comportamento operante é a tríplice contingência ou contingência de três termos ( $O - R \rightarrow C$ ) que descreve uma ocasião (O) também chamada de antecedente, a resposta (R) do sujeito e uma consequência (C) do comportamento (MOREIRA; MEDEIROS, 2007).

### **2.2.2 O reforço**

As consequências que aumentam a probabilidade do comportamento voltar a ocorrer são chamadas de reforço, que podem ser reforço positivo (R+) ou reforço negativo (R-). O R+ ocorre quando há a apresentação de um estímulo no ambiente, como por exemplo, estudar antes de um teste e como consequência obter uma nota boa, nesse sentido, a chance do aluno estudar novamente antes da prova aumenta. E o R- se refere à retirada de um estímulo aversivo do ambiente, no qual o indivíduo se comporta para evitar consequências aversivas, por exemplo, o estudante passa a frequentar mais as aulas do professor após ser avisado que irá ficar reprovado caso continue faltando, esse tipo de reforço é caracterizado como controle aversivo (MOREIRA; MEDEIROS, 2007), que será mais bem discutido no próximo subitem sobre o controle aversivo.

Skinner (2003, p. 81) faz a definição do conceito de reforço:

Os eventos que se verifica serem reforçadores são de dois tipos. Alguns reforços consistem na apresentação de estímulos, no acréscimo de alguma coisa, por exemplo, alimento, água, ou contato sexual - a situação. Estes são denominados reforços positivos. Outros consistem na remoção de alguma coisa - por exemplo, de muito barulho, de uma luz muito brilhante,

de calor ou de frio extremos, ou de um choque elétrico - da situação. Estes se denominam reforços negativos. Em ambos os casos o efeito do reforço é o mesmo: a probabilidade da resposta será aumentada.

De acordo com Martin e Pear (2009) a expressão reforçador positivo se assemelha a palavra recompensa. Se um estímulo se apresenta como reforço positivo para uma pessoa num determinado contexto, esse estímulo poderá ser utilizado em outras situações para fortalecer outros comportamentos. Para os autores a maior parte dos reforçadores positivos pode ser classificada em cinco categorias: atividades, privilégios, consumíveis, sociais e manipuláveis. Dessas categorias os autores apresentaram alguns exemplos, uma atividade reforçadora poderia ser a oportunidade de assistir TV, o privilégio como um estímulo reforçador poderia ser a possibilidade de se sentar numa cadeira preferida, o reforçador consumível são os alimentos e bebidas, o reforço social se refere à atenção, sorrisos, dentre outros, e os reforços manipuláveis poderia ser andar de bicicleta ou brincar com um brinquedo preferido.

### **2.2.3 Controle Aversivo**

Diariamente entramos em contato com os mais variados eventos, sejam eles prazerosos ou não, e geralmente nos comportamos para termos acesso as coisas que gostamos e de modo a afastar o oposto. O termo aversivo é utilizado genericamente para designar os estímulos que diminuem a frequência das respostas que os produziram e ou os que aumentam a frequência das respostas que os retiram (HUNZIKER; SAMELO, 2012).

[...] considera-se que dois fatores estabelecem o critério para a classificação das quatro relações operantes básicas: o primeiro deles é a operação, ou seja, se o estímulo é adicionado (+) ou removido (-) em consequência da emissão da resposta; o segundo fator diz respeito ao efeito comportamental, ou seja, se em função dessa operação a resposta ficou fortalecida (maior probabilidade de ocorrência futura) ou enfraquecida (menor probabilidade de ocorrência futura). Dado que o fortalecimento da resposta em função das suas consequências tem a denominação técnica de reforçamento, e o seu enfraquecimento é denominado punição, a combinação dos dois fatores (operação e efeito) estabelece as quatro relações operantes básicas: reforçamento positivo (operação +, efeito aumento), reforçamento negativo (operação -, efeito aumento), punição positiva (operação +, efeito diminuição), e punição negativa (operação -, efeito diminuição). Portanto, com exceção do reforçamento positivo, considera-se que todas as demais relações operantes envolvem controle aversivo (BAUM, 2005; CATANIA, 1998 apud HUNZIKER, 2011, p. 12).

É importante destacar que o termo punição em análise do comportamento não tem a mesma conotação que se tem no senso comum, que geralmente se refere a ferir outra pessoa. Para a ciência do comportamento punição é qualquer evento que tende a diminuir a frequência do comportamento que o segue, nesse sentido proibir uma criança de assistir televisão porque brigou com a irmã, só pode ser considerado como punição se o comportamento de brigar for enfraquecido. Se o comportamento de brigar não diminuir, não será considerado punição nessa concepção (LEAR, 2004).

Se o efeito [da punição] fosse simplesmente o inverso do efeito do reforço, grande parte do comportamento poderia ser facilmente explicada; entretanto, quando o comportamento é punido, vários estímulos gerados pelo comportamento ou pela ocasião são condicionados no padrão de resposta e o comportamento punido é então deslocado por comportamento incompatível, condicionado como fuga ou evitação. Uma pessoa punida continua "inclinada" a comportar-se da forma punível, mas ela evita a punição fazendo alguma outra coisa, talvez apenas, mais do que teimosamente, não fazendo nada (SKINNER, 2006, p. 56).

Para Moreira e Medeiros (2007) em geral o controle aversivo é mais frequentemente usado por alguns motivos, tais como, imediatividade da consequência, pois se a punição for usada para suprimir um comportamento o reforço negativo é quase imediato; a eficácia não depende da privação, pois o estímulo aversivo será aversivo independente da privação do sujeito, ao contrário dos reforçadores primários que tem seu valor reforçador aumentado pela privação; a facilidade no arranjo das contingências na punição, pois para fazer o controle positivo do comportamento exige muito mais respostas e muito mais tempo para produzir efeitos.

Desta forma o controle aversivo:

[...] é uma forma legítima e eficiente de aumentar ou de diminuir a probabilidade de emissão do comportamento. Punir comportamentos inadequados ou indesejados é muito mais fácil e tem efeitos mais imediatos do que reforçar positivamente comportamentos adequados. Entretanto, o controle aversivo apresenta uma série de efeitos colaterais que tornam seu uso desaconselhado por vários autores comportamentais (MOREIRA; MEDEIROS, 2007, p. 75).

Ao entrar em contato com estímulos aversivos várias respostas emocionais podem ser eliciadas no mesmo instante como, por exemplo, respiração mais acelerada, transpiração, alteração da pressão sanguínea, taquicardia entre outros, e estados corporais desagradáveis. O indivíduo poderá ter sentimentos de raiva, insegurança, medo, agressividade etc. A punição pode gerar excessos e supressões

comportamentais, o que afetará o repertório global do sujeito além do desejado, provocando alterações comportamentais não pretendidas (QUEIROZ, 2015).

Para Skinner (apud BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2002) é discutível o uso da punição como uma prática educativa, pois além das consequências aversivas imediatas, em longo prazo alguns prejuízos podem ser estabelecidos tanto no indivíduo punido quanto para o agente punidor, produzindo emoções negativas e com tendência a comportamentos de fuga ou de contracontrole. O comportamento punido pode até ter sua frequência reduzida imediatamente, mas em longo prazo essa consequência não se mantém. Os pais tem seu comportamento reforçado quando punem a criança e esta reduz seu comportamento imediatamente, mas simultaneamente a redução do comportamento o sentimento de medo pode ser eliciado e em situações similares a criança poderá emitir outro comportamento para escapar da punição. Contudo, os efeitos da punição não são garantias de que o comportamento punido não ocorra na ausência da punição ou do agente punidor, portanto, o comportamento punido será suprimido temporariamente.

Os comportamentos adequados dos filhos referentes aos desejos dos pais, não serão aprendidos a partir da coerção, a aprendizagem de comportamentos deve ocorrer mediante reforçamento positivo. Por exemplo, os pais ao punir uma criança por ter dito que fez alguma coisa que eles consideram errado, é provável que em outra ocasião que os pais lhe perguntarem se ela agiu de maneira certa ou errada, a criança minta para evitar a coerção (SKINNER apud BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2002).

A punição tem vários aspectos negativos, pois, não soluciona o problema, gera ressentimentos e dificuldades na relação entre pais e filhos, prejudicando o estabelecimento de uma relação de cooperação e amizade, esse tipo de contingência pode propiciar alguns problemas na vida adulta, como sentimentos de baixa autoestima, baixa autoconfiança, e baixo repertório comportamental em meio às adversidades cotidianas (SKINNER apud BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2002).

## 2.2.4 Comportamento verbal

Na cultura o comportamento é sempre determinado por variáveis grupais, como a moda, estilo de vida, preconceitos ou valores. Tais variáveis são controladas pelo comportamento verbal, que Skinner destaca como uma característica própria dos seres humanos, mas, que segue a mesma natureza do comportamento não verbal, ou seja, tal comportamento também é operante e, portanto controlado por suas consequências (SKINNER, 2006).

Uma distinção do comportamento verbal para o comportamento não verbal é que este atua diretamente sobre o meio, “é modelado pelas consequências imediatas e é fortalecido gradualmente, de maneira típica por tentativa e erro [...]” (MARTIN; PEAR, 2009, p. 249). Já o comportamento verbal é caracterizado como operante mediado “[...] no qual as próprias relações sujeito-ambiente, definidoras do comportamento, são mantidas com o ambiente social, são relações que dependem do comportamento de outro indivíduo, ou seja, de outro comportamento [...]” (SKINNER apud ANDERY, 2010, p. 71).

O comportamento verbal é um tipo de comportamento operante e quase sempre precisa do reforço social, assim como os comportamentos modelados pelas contingências, o comportamento verbal é definido pelas relações funcionais que são verificadas por seus efeitos no ambiente e pelo controle de estímulos que modelam e alteram a probabilidade dos comportamentos verbais. O comportamento verbal exerce grande controle sobre os sujeitos e é importante para a preservação da cultura e manutenção dos grupos (BAUM, 2006).

Skinner identifica algumas categorias do comportamento verbal, e nesse trabalho iremos destacar dois operantes verbais o tato e o intraverbal por suas possíveis influências nos resultados dessa pesquisa. De acordo com Matos ([1991]) o comportamento de tatear pode ser controlado por estímulos como pessoas, objetos, acontecimentos, ou seja, modificações no ambiente do falante e de algum modo o ouvinte é beneficiado pelo tato do falante. E no comportamento intraverbal o falante está sobre controle de um estímulo discriminativo verbal que pode ser a fala de outra pessoa, nesse caso o falante fica mais sob controle do relatar do que do evento que o ocasionou.

Desta forma, ao analisarmos os relatos verbais dos participantes desta pesquisa, ficamos sob controle de aspectos em que os participantes estivessem emitindo tatos puros, ou seja, descrevendo as relações tal como ocorreram ou se estavam emitindo intraverbais, isto é, reproduzindo os relatos dos pais ou de outras pessoas. Distinguir o comportamento de tato do intraverbal não é simples, e para nos auxiliar nesta tarefa analisamos a descrição dos sentimentos feita pelos entrevistados.

Uma importante variável do comportamento verbal é o controle por regras, que podem ser definidas como um estímulo discriminativo verbal, que descreve o comportamento a ser emitido e em qual contexto ele deve acontecer e suas possíveis consequências (BAUM, 2006).

O comportamento controlado por regras sempre envolve duas relações: uma de longo prazo, a relação última - a razão primeira da regra - e outra de curto prazo, a relação de reforço próxima por seguir a regra. Consequências postergadas e definidas imprecisamente tendem a ser ineficientes: raramente um fumante larga o hábito de fumar depois de ouvir que ele pode causar câncer de pulmão dentro de 30 anos ou mesmo depois de uma experiência de falta de ar. É necessário algo mais imediato para fazê-lo largar o hábito. A regra e o reforço próximo, ambos normalmente fornecidos pelo falante, fazem com que o ouvinte se empenhe no comportamento desejado, largando o mau hábito ou adquirindo um hábito bom (BAUM, 2006, p.172).

As regras são importantes para a comunidade verbal. Os comportamentos de apresentar e determinar regras são reforçados pelos mais velhos, em relação a eficiência em instalar e manter o seguimento de regras e conseqüentemente os comportamentos pretendidos entre os mais jovens, que farão a manutenção dos costumes culturais importantes para a sobrevivência da comunidade como um todo. Ao falarmos que seguir regras é comportamento aprendido socialmente, afirmamos que é um tipo de comportamento selecionando e determinado pela cultura (MATOS, 2001b).

Uma parte do comportamento governado por regra são as autorregras:

As autorregras podem ser vistas como estímulos que especificam contingências produzidas pelo comportamento verbal da própria pessoa. O repertório comportamental de formular autorregras é comportamento verbal no sentido de que ele tem uma história de ter sido modelado através da mediação de outras pessoas (Skinner, 1957). Como Skinner (1969) enfatizou, o autoconhecimento que contribui para a formulação de autorregras é uma função da interação de alguém com um ambiente social. O autoconhecimento é induzido por uma comunidade sócio verbal que, repetidamente, questiona seus membros sobre comportamento com que se ocuparam, estão atualmente engajados e irão se envolver e as variáveis das quais seu comportamento é função (ZETTLE, [1990]).

### 2.2.5 Sentimentos

O Behaviorismo Radical possui uma visão de homem monista e fisicalista, ou seja, não há divisão entre mente e corpo, pois o que indivíduo pensa, faz ou sente tem a mesma natureza física e material. Para a análise do comportamento os sentimentos não são coisas ou fenômenos abstratos, mas são sinais corporais e concretos do organismo, considerados como ações sensoriais. Os sentimentos se manifestam no sujeito e ao mesmo tempo surgem as reações respondentes no corpo além de que existem outras reações do indivíduo chamadas de operante. Frequentemente os sentimentos estão associados ao condicionamento respondente, mas durante a nossa vida outros eventos são pareados e grande parte dos nossos sentimentos torna-se fruto de nosso histórico de condicionamento operante, por exemplo, ao colocar a mão na tomada, a criança leva um choque, esse evento envolve condicionamento respondente e operante, pois o choque é um estímulo incondicionado para respostas de dor e medo, e a resposta da criança de colocar a mão na tomada é punida, como a resposta do organismo foi seguida de uma consequência aversiva provavelmente o comportamento não voltará a acontecer e por estar presente no momento da contingência a tomada poderá eliciar as mesmas respostas emocionais que o choque (RICO; GOLFETO; RAMASAKY, 2012).

Skinner (2002), afirma que os sentimentos não são causas dos nossos comportamentos, pois não são os agentes iniciadores dos nossos comportamentos, por exemplo, não discutimos com alguém porque sentimos raiva, mas, discutimos com alguém e sentimos raiva por que ocorreu alguma coisa no ambiente. É comum confundirmos a função dos sentimentos como causa, porque os sentimentos ocorrem ao mesmo tempo em que nos comportamos ou antes de emitirmos o comportamento. Desta forma, Skinner afirma que os nossos sentimentos e comportamentos são consequências dos eventos ambientais.

As emoções tem papel importante em nosso repertório comportamental e são determinadas por algumas variáveis, nesse sentido é fundamental conhecer os processos aos quais sentimos. Martin (2001) descreve a função do condicionamento operante e respondente nas emoções. A característica respondente das emoções envolve o sistema nervoso autônomo responsável pela respiração, atividade glandular e batimentos cardíacos, estas são respostas incondicionadas aos

estímulos, as mudanças fisiológicas dão uma base para se compreender como acontece a aprendizagem, como por exemplo, no experimento clássico pavloviano em que Watson descobriu que o medo poderia ser aprendido por seres humanos, e se o medo pode ser aprendido também poderá ser eliminado. O componente operante das emoções envolve uma história prévia de aprendizagem de cada pessoa e de influências culturais, por exemplo, diante de um contexto que cause raiva, diferentes pessoas agirão de formas distintas, seja gritando, agredindo fisicamente ou simplesmente se afastando. Adquirimos habilidade em expressar as emoções no meio social, pois, aprendemos através de modelos de comportamentos que permitiram a fuga ou esquiva de situações aversivas ou e que foram reforçados positivamente.

A comunidade verbal é quem ensina as crianças a nomearem os sentimentos, dando dicas a partir das manifestações corporais e dos comportamentos manifestos. Os sentimentos são avaliados dentro de um contexto, pois o mesmo comportamento pode ter significado e sentido completamente distintos dependendo do ambiente. Assim, o sentimento não é causa de outros comportamentos, mas é produzido por eventos antecedentes, ou seja, é produto da interação, das contingências de reforçamento tanto quanto os outros comportamentos (GUILHARDI, 2002).

Em nossa comunidade verbal fazer relatos sobre os sentimentos é muito reforçado e tem muita importância, pois os sentimentos nos dão dicas de como agir frente ao outro, porém a nossa cultura não nos ensina a observar os eventos antecedentes aos nossos sentimentos, mas se referem aos nossos sentimentos como causas de nossos comportamentos e não como produto da interação. Essa atribuição aos sentimentos como causas de comportamentos, também é difundida pelas diferentes abordagens da psicologia, divergindo da análise do comportamento que compreende o sentimento como interação entre a resposta do organismo e o ambiente (RICO; GOLFETO; RAMASAKY, 2012).

A partir do que foi exposto podemos identificar três características das emoções:

- a) a reação fisiológica que você sente internamente durante a experiência de uma emoção (e que é acompanhada, tipicamente, por sinais visíveis como caretas ou sorrisos), que é influenciada pelo condicionamento respondente; b) a forma como você aprende a expressar publicamente uma emoção (tal como gritar, pular etc.), que é influenciada pelo condicionamento operante; e c) a maneira como você se conscientiza sobre as suas emoções e as descreve, que também é influenciada pelo condicionamento operante (MARTIN, 2001, p. 54).

As emoções são sentidas e relatadas diante de algumas situações,

As línguas latinas têm um rico vocabulário para falar dos sentimentos que acompanham as situações em que o reforço e punição ocorreram no passado. Em uma situação em que o reforço positivo é provável, relatamos estar felizes, orgulhos, confiantes, ansiosos, extasiados. Se estivermos nos referindo a uma história de reforço negativo, é provável que relatemos alívio. O cancelamento de um reforçador – punição negativa – resulta em relatos de decepção ou frustração. Situações nas quais ocorreu punição positiva no passado dão origem a relatos de medo, ansiedade, pavor, vergonha e culpa (BAUM, 2006, p. 112).

Rico, Golfeto e Ramasaky (2012) descrevem os sentimentos de forma mais detalhada, contudo vale ressaltar que a forma como as pessoas relatam sobre seus sentimentos nem sempre é de forma clara, além de que os controles dos comportamentos e sentimentos serão de acordo com as histórias individuais. Os sentimentos retratados pelos autores serão expostos no quadro abaixo para melhor sistematização e descrição do tema:

Quadro 1 – Descrição dos sentimentos pela perspectiva da análise do comportamento

(continua)

Sentimentos	Contexto
Alegria	A alegria ocorre nos contextos em que as respostas dos indivíduos tiveram no passado consequências de reforçadores positivos, que envolvem uma história de pareamento entre as reações fisiológicas do organismo, que normalmente são chamadas de alegria e estímulos eliciadores condicionados, por exemplo, ao receber flores a namorada se sente alegre, pois em sua história de contingências receber flores foi pareado com outros reforçadores como carinho e atenção.
Tristeza	A tristeza se refere ao fim de reforçadores, diz respeito a contextos em que perdemos acesso a algum reforçador, por exemplo, quando terminamos um relacionamento amoroso ficamos triste, pois não teremos mais a obtenção de reforçadores que esta relação nos proporcionava, como afeto e atenção.
Raiva	A raiva ocorre em contexto de estimulação aversiva, causada normalmente por outra pessoa ou quando ocorre a privação de um reforçador positivo, evento de punição negativa, por exemplo, quando a mãe coloca o filho de castigo ele fica com raiva pois não poderá ter acesso a alguns reforçadores, como ir a uma festa. Outras interações referentes a raiva também pode ocorrer, por exemplo, um colega que sempre insulta o outro colega e o trata mal, o sentimento de raiva que era produzido pelas ações poderá com o passar do tempo ser eliciado apenas com a presença do colega no ambiente.
Frustração	A frustração é tipo de raiva que ocorre em situações no qual um comportamento frequentemente reforçado deixa de ser em algum momento, uma jovem que sempre recebe presentes do namorado no aniversário poderá se sentir frustrada caso ele se esqueça.

Quadro 1 – Descrição dos sentimentos pela perspectiva da análise do comportamento

(continua)

Sentimentos	Contexto
Ansiedade	O sentimento de ansiedade ocorre geralmente em contextos que sinalizam a apresentação próxima de uma estimulação aversiva. Na história de vida dos indivíduos alguns estímulos aversivos são apresentados em determinadas situações, de forma que em situações parecidas o sujeito se prepara para sua incidência, por exemplo, sentir-se ansioso ao chegar no dentista, ainda que não ouça nenhum barulho. De acordo com Catania (1999) a ansiedade também é chamada de resposta emocional condicionada ou supressão condicionada, pois tal sentimento é evocado frente a estímulos que por condicionamento respondente sinalizam a iminência de outros estímulos, e são denominados pré-aversivos. Esses estímulos podem diminuir a frequência do responder estabelecidos por reforçamento positivo e podem aumentar o responder quando são apresentados simultaneamente ao responder de esquiva.
Medo	A ansiedade é sentida com a sinalização de uma estimulação aversiva, já o medo é sentido nos ambientes em que o estímulo aversivo está presente e não se sabe como se comportar, num assalto por exemplo.
Vergonha e culpa	A vergonha e a culpa ocorrem em situações em que outra pessoa apresenta alguma estimulação aversiva ou quando retira algum reforçador. O indivíduo faz parte de uma comunidade verbal que estabelece quais comportamentos são ou não socialmente aceitos. Caso a pessoa se comporte de forma diferente do esperado, poderá ter a apresentação de estímulos aversivos ou a perda de reforçadores como consequência, além disso, os indivíduos são ensinados a se reconhecerem como responsáveis pelos seus comportamentos, sem considerar as contingências e a justificabilidade das regras, assim uma pessoa ao agir de forma considerada imprópria poderá sentir culpa ou vergonha. Um motorista que levou uma multa por ter parado numa faixa de pedestre poderá se sentir envergonhado, e receberá a multa independente do motivo, mesmo que tenha parado abruptamente frente ao sinal verde para não atropelar uma criança.
Amor	O amor é sentido por alguma coisa ou por alguém que nos oferece uma diversidade de reforçadores ou reforçadores de intensidade alta. A pessoa ama seu cachorro de estimação que sempre lhe oferece carinho e atenção.

Fonte: Rico, Golfeto e Ramasaky (2012).

Se os sentimentos são produtos da interação, é importante abordar sobre o modo dos pais se comportarem com os filhos e quais os tipos de consequências são mais apropriadas. Nesse sentido Guilhardi (2002) discute que são inúmeras as vantagens de se usar reforços positivos, tendo como resultado o fortalecimento de comportamentos adequados dos filhos; maior variabilidade comportamental; os comportamentos de tomar iniciativa são desenvolvidos e são produzidos sentimentos bons como, bem-estar, alegria e autoestima, esta última para a análise do comportamento é considerada um sentimento que depende de reforçadores sociais:

A autoestima é o produto de contingências de reforçamento positivo de origem social. Assim, sempre que uma criança se comporta de uma maneira específica, e os pais a consequenciam com alguma forma de atenção, carinho, afago físico, sorriso (cada uma dessas manifestações por parte dos pais pode ser chamada de reforço social generalizado positivo ou consequência positiva), estão usando contingências de reforçamento positivo, estão gratificando o filho. Por outro lado, toda vez que uma criança se comporta e os pais a repreendem, a criticam, se afastam dela, não a tocam, nem conversam com ela (cada uma dessas manifestações por parte dos pais pode ser chamada de estímulo aversivo ou consequência negativa), estão usando contingências coercitivas ou punindo o filho. A primeira condição aumenta a autoestima, a segunda a diminui. (GUILHARDI, 2002, p. 7).

Os pais exercem grande influência no desenvolvimento do sentimento de autoestima dos filhos, pois este sentimento se desenvolverá quando os filhos em sua relação interpessoal são tidos como reforçadores e não tem apenas seus comportamentos reforçados, a autoestima diz respeito a sentir-se amado (GUILHARDI, 2002).

Num contexto em que a criança ou adolescente não possui um ambiente com grande disponibilidade de reforçadores positivos, poderá ter seu desenvolvimento prejudicado, pois não terá a oportunidade de desenvolver uma ampla variedade de repertórios, pois num ambiente punitivo os comportamentos que a criança venha emitir poderão ter sua frequência diminuída devido as suas consequências. Essas crianças poderão também desenvolver um sentimento de baixa autoestima, pois poderão não sentir se amadas.

Neste trabalho fizemos uma revisão de literatura tanto sobre estudos voltados para o contexto de separação conjugal, quanto sobre os conceitos da análise do comportamento que nos deram suporte para a análise e discussão dos dados. Contudo, cabe destacar que cada sujeito tem uma história única e só é possível uma análise adequada quando se conhece a história de contingências do indivíduo, ou seja, é impossível generalizar a ideia de que o divórcio é algum ruim em si mesmo.

### 3 METODOLOGIA

Segundo Gil (2009, p. 8) “Pode se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Tartuce, citado por Gerhardt e Souza (2009) afirma que metodologia científica se refere a método e ciência. Assim como Gil o autor considera que método é um caminho rumo a um objetivo, e a metodologia diz respeito ao estudo do método, no qual é estabelecido um conjunto de regras e procedimentos para executar a pesquisa; e científica, pois consiste em uma série de conhecimentos sistematizados e precisos sobre determinado campo do saber. Nesse sentido,

O principal ponto aqui envolvido é que os cientistas são organismos que se comportam e que a ciência é um tipo de comportamento operante que, como outros comportamentos operantes, está sob o controle do contexto e das consequências. Falar, escrever, fazer experimentos, realizar mensurações - todos são tipos de comportamento operante sob controle do contexto e das consequências (BAUM, 2006, p. 131).

Desta forma, este capítulo é destinado a esclarecer a metodologia utilizada na pesquisa.

#### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Para investigar o que foi proposto no presente estudo e para alcançarmos os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa qualitativa descritiva que de acordo com Haguette (2003, p. 63) “[...] os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser”.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (SILVEIRA; CORDOVA, 2009, p.32, grifo dos autores).

A pesquisa descritiva é um tipo de pesquisa que objetiva descrever, fazer análise ou verificação das relações entre os eventos que são as variáveis para o estudo (FERNANDES; GOMES, 2003).

Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo geral investigar as relações parentais após a separação conjugal a partir do relato verbal dos filhos adultos; e, além disso, essa pesquisa procurou analisar a partir do relato verbal dos filhos as consequências das relações de contingências estabelecidas após o divórcio; averiguar a partir do relato verbal dos filhos as influências das práticas educativas parentais para a qualidade da relação entre pais e filhos; investigar a construção de autorregras dos filhos para explicar os próprios comportamentos e quais as relações feitas com as práticas educativas parentais e analisar possíveis distanciamentos de um dos pais após o divórcio.

Primeiramente foi realizada uma revisão de literatura por meio de livros, artigos e revistas que retratam temas relacionados ao casamento, separação conjugal, relacionamento com os filhos, dentre outros, além do referencial teórico proposto pela análise do comportamento que deu suporte para a análise e discussão dos conteúdos.

### 3.2 PARTICIPANTES

Em pesquisas sociais é enorme a abrangência de componentes que se torna inviável pesquisar o todo. Por isso, nas pesquisas sociais é comum utilizar uma amostra que é uma parcela da população que se pretende estudar (GIL, 2009).

Para a realização da pesquisa foram entrevistados 6 adultos, residentes das cidades da Serra e de Vitória do Estado do Espírito Santo, com idades entre 25 e 29 anos que tiveram pais separados enquanto ainda eram crianças. Optou-se por participantes em idades adultas, pois se entende que a partir dos 20 anos o sujeito esteja passando por um processo de emancipação e que “a tarefa [do jovem adulto]... é a obtenção de emancipação emocional dos pais, ao mesmo tempo em que permanece envolvido como filho ou filha” (NYDEGGER apud BEE, 1997, p. 413). A amostra foi selecionada por acessibilidade ou conveniência que Gil (2009, p. 94) afirma que

Constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão.

### 3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista que Gil (2009, p.109) define como:

A técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Foi utilizada uma entrevista semiestruturada (Apêndice A) que se desenvolveu a partir da relação de perguntas previamente elaboradas, mas que sofreram alterações durante a entrevista de acordo com as respostas obtidas pelos entrevistados para que a coleta de dados tivesse uma maior abrangência e completude e não se perdessem dados importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Triviños (1987) esclarece que as questões formuladas essencialmente na entrevista semiestruturada pela perspectiva qualitativa não surgiram antes de tudo. Mas é consequência da teoria que embasa a pesquisa do investigador e dos dados que ele obteve sobre o fenômeno de interesse para o estudo. O que torna relevante também os contatos realizados ao escolher as pessoas para a entrevista.

Durante as entrevistas foi utilizado um gravador a fim de coletar todas as informações sem que ocorresse a perda de dados.

### 3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O procedimento para a coleta de dados seguiu algumas etapas de modo que fossem cumpridas todas as exigências necessárias para a execução da pesquisa, bem

como para prevenir possíveis intercorrências que pudessem dificultar a coleta de dados.

Os sujeitos foram convidados a participar da pesquisa e ao aceitarem foi marcado um horário para a entrevista, antes da entrevista foi explicado aos sujeitos sobre os aspectos éticos que atravessa o estudo e foi explicado o objetivo da pesquisa, após, os sujeitos foram informados sobre a necessidade de assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) que detalhava também sobre os aspectos previamente explicados e que os davam todas as garantias éticas que se refiram à divulgação das respostas e anonimato.

Após o recebimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado, foram realizadas as entrevistas semiestruturada que se deu a partir de uma conversa com perguntas aplicadas aos participantes. Todas as entrevistas foram gravadas, com autorização prévia dos entrevistados para que não se perdesse nenhum dado relevante. Após a aplicação da entrevista, as gravações foram transcritas na íntegra e os dados foram analisados e interpretados pela pesquisadora.

### 3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Em pesquisa qualitativa ao nos referirmos a análise deve se destacar que mesmo que a análise de dados seja categorizada como uma a parte separada no estudo, vale ressaltar que ao longo da coleta de dados a análise já poderá estar acontecendo (GOMES, 2002).

Após essas considerações iniciais, faz-se necessário que reflitamos um pouco sobre *as finalidades da fase de análise*. Com base em Minayo (1992), podemos apontar três finalidades para essa etapa: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte. Essas finalidades são complementares, em termos de pesquisa social (GOMES, 2002, p. 69, grifo do autor).

Após a transcrição das entrevistas, os dados foram categorizados de acordo com cada temática ou assunto em comum de modo que pudesse agrupar as informações que tivessem a mesma representatividade.

Primeiramente os dados foram separados de acordo com cada pergunta. Depois foram selecionados trechos das respostas que tivessem alguma relação entre o que

os participantes tenham se referido ao longo da entrevista e após essa classificação foram discutidos os temas.

Esse tipo de análise é caracterizado como análise de conteúdo, que habitualmente trabalha com instrumentos escritos, sejam transcrições de entrevistas para pesquisa, ou conteúdos de jornais por exemplo. A análise de conteúdo pode ser quantitativa ou qualitativa, e seguindo os objetivos desta pesquisa, utilizamos apenas a análise de conteúdo qualitativa que “considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 682).

E a interpretação dos dados analisados foi realizada a partir da perspectiva da Análise do Comportamento que é a ciência do comportamento humano, embasada na filosofia do Behaviorismo Radical.

### 3.6 ASPECTOS ÉTICOS

Foi explicado para os entrevistados o objetivo da pesquisa e informado sobre a necessidade de gravar as entrevistas, ao esclarecer as informações foi assegurada a preservação da identidade dos entrevistados e foi informado sobre a necessidade de assinar o termo de consentimento livre e esclarecido que lhes davam todas as garantias éticas, além de conter o contato dos responsáveis pela pesquisa para a obtenção de esclarecimentos sobre o estudo caso achassem necessário.



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Com base nos objetivos desse estudo, foram entrevistados 6 adultos que desde criança possuem pais separados. Esta parte do trabalho apresenta as análises e discussões sobre as relações parentais em contexto de separação conjugal a partir dos dados obtidos no relato verbal dos filhos.

Conforme destacamos na revisão de literatura no item 2.2.4 consideramos para a análise dos dados o comportamento intraverbal que é “[...] um operante verbal no qual a resposta está sob controle de estímulo discriminativo verbal sem correspondência ponto a ponto entre estímulo e resposta” (SANTOS; ANDERY, 2007, p. 231) ou seja, levamos em consideração de que os participantes poderiam estar sob controle do relato verbal dos pais ou de outras pessoas e não da descrição da relação em si ao invés de emitir tatos puros que são “[...] respostas verbais sob controle de estímulos discriminativos não-verbais [...]” (SANTOS; ANDERY, 2007, p. 235) isto é, descrição das contingências em operação. Desta forma, a descrição dos sentimentos feita pelos participantes nos apontaram quais as possíveis contingências em operação. É importante ressaltar também que cada sujeito possui a sua história o que implica uma análise individual de cada caso, portanto é inviável generalizações sobre suas vidas e comportamentos.

Os dados obtidos são provenientes do roteiro de entrevista semiestrutura (apêndice A) do qual se deu uma base para a realização das entrevistas. Destacamos porém que algumas perguntas não foram analisadas ou foram agrupadas por proximidade dos temas.

A seguir os temas foram subdivididos em tópicos para melhor compreensão.

### 4.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Para preservar o anonimato dos participantes deste estudo os entrevistados serão chamados de Sujeito 1, Sujeito 2, Sujeito 3, Sujeito 4, Sujeito 5 e Sujeito 6.

Das 6 pessoas entrevistadas 4 são do sexo feminino e 2 são do sexo masculino, com idades entre 25 e 29 anos. Foram solicitados dados como, estado civil, com quem reside atualmente, e há quantos anos os pais são separados, que se encontram melhor detalhados abaixo no Quadro 2 – Identificação dos Sujeitos.

Quadro 2 - Identificação dos Sujeitos

Entrevistado	Sexo	Idade	Idade do sujeito no período de separação dos pais	Estado civil	Com quem reside
Sujeito 1	Feminino	27 anos	1 ano	Solteira	Com a mãe, avó e filho
Sujeito 2	Masculino	26 anos	4 anos	Solteiro	Com a namorada
Sujeito 3	Feminino	28 anos	5 anos	Solteira	Com o namorado
Sujeito 4	Feminino	29 anos	Antes de nascer	Separada	Com dois filhos e com a mãe
Sujeito 5	Feminino	25 anos	9 anos	Solteira	Com a mãe e a irmã
Sujeito 6	Masculino	27 anos	2 anos	Solteiro	Com a mãe

Fonte: Elaboração Própria

A maioria dos entrevistados relataram que no contexto da separação continuaram residindo com a mãe, apenas o Sujeito 6 morou durante um ano com o pai e depois voltou a morar com a mãe e o Sujeito 3 que residiu com a mãe durante a infância e foi morar com o pai aos 11 anos.

#### 4.2 SEPARAÇÃO CONJUGAL

Pesquisas apontam que no processo de separação os filhos podem sofrer, pois sentem medo de perder o contato com o pai, este contexto pode evocar algumas respostas emocionais nos filhos, como raiva e ansiedade. Para que estas reações emocionais sejam reduzidas é importante manejar contingências que permitam a manutenção do contato entre pais e filhos e o estabelecimento de contingências reforçadoras no ambiente em que a criança ou adolescente está inserido (ALMEIDA, C. et al., 2000).

Nesse sentido,

O contato entre o pai que não mora mais em casa e seu filho nos parece a melhor (única?) forma de manter e reforçar o vínculo entre ambos. O relacionamento precisa ser alimentado e a criança ter o seu lugar assegurado e respeitado. Almeida, Wethington e McDonald (2001) afirmam que o relacionamento entre pai e filho é bem mais forte, quando ambos se encontram frequentemente, sendo que a continuidade desses encontros

proporciona ao pai a capacidade de impor disciplina ao filho (DANTAS; JABLONSKI; FÉRES-CARNEIRO, 2004, p. 353).

Com base nisso, observamos que o Sujeito 5 afirmou que se recorda do divórcio dos pais, pois, tinha nove anos na ocasião e se lembra de ter se sentido triste com o divórcio dos pais e com a saída de seu pai de casa. Nesse sentido, vale destacar que para a análise do comportamento “[...] a tristeza, [é] produzida pelo término de reforçadores [...]” (CATANIA, 1999, p. 390).

Eu lembro que eu sofri muito, porque eu sentia muita falta dele, ele que me botava pra dormir, ele que penteava meu cabelo, ele que me dava minha comida, então eu senti muita, muita falta mesmo. E eu acho que por meu pai ter cuidado de mim a minha infância toda, ele me representava segurança, tanto que quando ele separou da minha mãe eu sofri muito, porque era ele que cuidava de mim, aí quando separou, minha mãe teve que botar na babá, e às vezes eu não queria ficar na babá, aí eu acho que foi ruim por conta disso (SUJEITO 5).

O relato do Sujeito 5 descreve o sentimento de tristeza que ocorreu no contexto de separação dos pais. Para a entrevistada o pai lhe apresentava uma série de reforçadores positivos, como demonstrações de cuidado, atenção e amor, fazendo o que era importante para a filha. E como a mãe trabalhava muito e era o pai quem cuidava da filha, esta perdeu a sua maior fonte de reforçadores. Interessante destacar também que no relato da entrevistada em nenhum momento ela descreve o sentimento que lhe foi gerado na situação de separação dos pais, ela diz ter sofrido muito, mas não descreve o sentimento como tristeza, o que reforça o posicionamento de alguns autores, conforme discutido na revisão de literatura que em geral não somos treinados na nossa cultura a descrever os sentimentos corretamente “[...] o modo como relatamos sentimentos é sempre impreciso, pois aprendemos a fazê-lo pelo ponto de vista de outra pessoa” (RICO; GOLFETO; RAMASAKY, 2012, p. 96).

Quando perguntado sobre a manutenção do contato com o pai o Sujeito 5 relata que o contato permaneceu constante e não perdeu o vínculo com o pai, mesmo após o divórcio dos pais. E a entrevistada relatou não ter tido prejuízos decorrentes da separação, pois, continuou tendo contato com o pai e este continuou participando ativamente da vida da filha e exercendo as práticas educativas para o seu desenvolvimento.

Falo com meu pai todos os dias, a gente se liga pelo menos duas vezes por dia, e sempre tive contato com ele. Ele sempre estava lá pra me ver, na verdade ele que continuou indo em reuniões de escola e acho que até me buscar em babá pra me levar pra casa (SUJEITO 5).

Desta forma, podemos afirmar que o divórcio em si não será um evento prejudicial, os prejuízos caso ocorram, serão decorrentes das relações que serão estabelecidas entre pais e filhos e nas relações de contingências que fazem parte do contexto do filho.

O sujeito 5 descreveu como era a relação dos pais antes e depois da separação conjugal e de acordo com o relato da entrevistada, observamos que o divórcio pode ter sido a decisão mais adequada, pois cessaram as brigas e os conflitos dos pais, pois no contexto do casamento ao brigarem, ofereciam modelos inadequados para a filha. O relato do Sujeito 5 também mostra que a regra de que todo divórcio gera problemas é disfuncional pois neste caso o divórcio possibilitou uma relação mais reforçadora entre os ex-cônjuges.

Meus pais brigavam bastante antes de se separar. Mas hoje em dia eles são bem amigos. Depois que se separaram eles não brigaram mais, acho que eles se separaram mais por conta disso mesmo, porque brigavam muito, minha mãe trabalhava muito e meu pai não aceitava porque ela nunca estava em casa, ela trabalhava em três hospitais, ela era enfermeira, aí eles se separaram por causa disso, na época acho que foi isso. E quando eles brigavam era na minha frente, no começo eu chorava e não gostava, depois eu até me acostumei, porque já era uma coisa que eu via constantemente (SUJEITO 5).

Os outros cinco entrevistados ou não se recordam do momento da separação dos pais ou tem vagas lembranças, pois o divórcio foi antes do nascimento ou ainda eram muito novos para se lembrar, mas eles tiveram acesso a alguns relatos verbais de como ocorreu a separação, ou seja, nestes aspectos os entrevistados emitiram um intraverbal, pois fizeram a descrição do que foi perguntado a partir do relato de outras pessoas, mas também presenciarem a relação dos pais após a separação.

O Sujeito 4 relata que não presenciou brigas dos pais, e que os contatos entre ambos eram pouco frequentes.

Meus pais tinham pouco contato um com o outro, Mas nunca presenciei meu pai e minha mãe brigando (SUJEITO 4).

Já os outros quatro entrevistados relataram que as relações dos pais eram de muitos conflitos, dois desses pais não têm mais contato atualmente, por não terem mais a obrigação de conversarem sobre os filhos já que estes são adultos. E dois entrevistados relataram que eram ou ainda são incluídos nas brigas dos pais. O Sujeito 6 relatou que ser incluído nas brigas gera nele uma condição aversiva, e que chegou a deixar de fazer algo reforçador pra ele próprio para evitar conflitos e situações aversivas com os pais. Verifica-se que no relato verbal do Sujeito 6, a mãe

não aceita a aproximação do filho com o pai, ainda que esta deva ser uma relação diferente da relação conjugal que não deu certo.

A relação deles era tiro, porrada e bomba. A relação dos meus pais era assim, hoje mais não, mas antes era, era muita briga (SUJEITO 1).

A relação deles era de muita briga e hoje eles nem se falam mais. A minha lembrança dos meus pais era brigando na minha frente, era o tempo inteiro assim sabe, e depois que eles se separaram eles tentaram voltar algumas vezes, mas também nunca deu certo porque era só briga (SUJEITO 3).

Antes deles se separarem eu não lembro, mas pelo que eu já ouvi falar eles tinham um problema porque meu pai bebia, ele não bebia muito, mas todo dia ele ia para o bar beber, isso dava alguns problemas. E eles se separaram porque eles brigavam muito por causa disso, e depois que eles se separaram eles continuaram brigando, teve uma vez eles brigaram por minha causa, eu não lembro o motivo, mas eu me senti mal por ser o motivo da briga. E tipo assim, eles não brigavam mais por que eles não se falavam nada, minha mãe só ligava naquela situação que eu tivesse doente. E hoje ele não tem nenhum contato não tem mais essa obrigação, já que agora eu posso ir na casa do meu pai sem ele precisar me buscar, então eles se evitam totalmente (SUJEITO 2).

O relacionamento dos meus pais é difícil, minha mãe não consegue aceitar meu pai e conversar com ele numa boa, ela sempre arruma alguma coisa pra discutir, é sempre ela. O motivo da discussão normalmente sou eu, até mais eu do que a minha irmã, porque a minha irmã não tem o contato que eu e o meu pai temos, então a minha mãe não se importa, ai eu e o meu pai temos um contato bem mais forte, então quando tem uma coisa relacionada a mim os dois discutem e ela sempre me usa pra falar mal dele. Teve uma vez quando eu estava falando da minha festa de formatura e disse que ia convidar meu pai, ela disse que não queria que eu o convidasse, porque ele não me ajudou na faculdade e eu disse que não teria como eu não convidar meu pai pra minha festa da formatura e ela disse que se ele fosse ela não ia tirar foto junto com ele, eu fiquei bem chateado a ponto de não fazer mais festa, não vou fazer formatura por causa desse acontecimento (SUJEITO 6).

O Sujeito 1 formula algumas autorregras sobre seu repertório comportamental e associa as contingências aversivas vividas na infância como causa de um amadurecimento precoce se comparado aos adolescentes que vivem em contingências amenas, e “cria” a regra de que pais casados que não tem muitos problemas conjugais geram filhos com comportamentos diferentes dos filhos de pais separados. Esta parece ser uma regra válida para o Sujeito 1, no entanto, pais que convivem juntos não necessariamente irão proporcionar contingências de reforçamento positivo, assim como pais separados não necessariamente irão proporcionar contingências aversivas para os filhos, as práticas parentais não dependem necessariamente da conjugalidade, mas é necessário que se ofereça um ambiente de cuidado positivo, pois o aprendizado da criança tem relação com as habilidades educativas dos pais (HETHERINGTON; STANLEY-HAGAN apud BOAS; BOLSONI-SILVA, 2010). Abaixo o Sujeito 1 descreve sua autorregra.

Eu acho que o que reflete do passado no futuro é a mesma coisa que acontece com meu filho que não tem pai, o filme se repete só que o pai dele nem existe, não quis, nunca viu. Eu pensei, meu filho vai passar exatamente pelas mesmas coisas que eu passei, mas se eu estou bem, se eu estou viva, ele vai ficar também. Essas coisas fazem mal pra gente quando a gente é pequena, mas a gente cresce as vezes muito duro, são umas porradas desde pequeno que a gente vai fazendo aquela casca e fica com o coração muito duro de sentimento, de deixar o sentimento entrar. Você percebe uma criança que não teve trauma, não teve problema, ai faz dezesseis anos e ainda é uma criança, ela é infantil e você percebe uma pessoa de dezesseis anos que já tomou porrada da vida desde cedo você vai ver que o pensamento, a mentalidade, a dureza é totalmente diferente, eu vejo pelas minhas sobrinhas, porque meu irmão e minha cunhada são casados até hoje nunca teve problema, as meninas tem dezessete anos e parece que tem doze, eu com dezoito já estava engravidando (SUJEITO 1).

Ao analisar esses relatos percebemos que não houve cooperação entre os pais para educar os filhos (exceto no relato do Sujeito 5) e às vezes as contingências que os filhos estavam inseridos eram mais aversiva do que reforçadora, o que pode ter influenciado em alguns problemas comportamentais dos filhos, que serão discutidos nos tópicos abaixo.

#### 4.3 RELAÇÃO COERCITIVA

Foi perguntado como os entrevistados consideram o próprio relacionamento com a mãe e com o pai para verificarmos a qualidade destas relações parentais, as relações de contingências e quais produtos são consequências dessas interações. Neste subitem foram discutidas as relações que os entrevistados consideram como aversivas, sejam elas com o pai ou com a mãe.

O Sujeito 1 descreve o pai como violento, se referindo as brigas, e mesmo sem ter entrado em contato direto com a agressão do pai o Sujeito 1 relata que sentia medo dele. O medo sentido pelo Sujeito 1 pode ter sido aprendido pela observação do comportamento agressivo do pai com outras pessoas, por observação entende-se que “no mínimo, a aprendizagem por observação deve incluir discriminações sutis das ações de um outro organismo e de seus resultados, e alguma história com relação aos efeitos de ações relacionadas por parte do observador” (CATANIA, 1999, p. 238). Nesse sentido, as brigas do pai com a mãe provavelmente sinalizavam uma consequência posterior para filha, que construiu a regra de que se ela se comportasse de forma que desagradasse o pai, ela poderia receber algum tipo consequência aversiva.

Eu tinha medo, porque meu pai era muito grosso e muito violento, só que ele nunca fez nada comigo, mas sempre senti medo. Tinha medo de fazer alguma coisa errada, de falar alguma coisa errada. Meu pai aprontou demais e brigou demais com a família. Mas o papai quase não brigava comigo quando eu era criança, meu medo era da forma como ele falava, que às vezes era muito bruta, então pelas coisas que ele já fez brigando com a minha mãe, eu sempre achava que ele ia brigar comigo, mas nunca brigou só um esporro ou outro, mas nunca foi de brigar comigo não (SUJEITO 1).

O Sujeito 2 fez uma descrição de como era a relação dela com a mãe no passado e como é atualmente.

Eu me dou bem com a minha mãe, só que antigamente eu não me dava tão bem assim com ela, apesar de eu ter morado com ela o tempo inteiro a minha relação com a minha mãe é de menos afeto, vamos dizer assim. A minha relação com a minha mãe foi uma relação com muito menos afeto e com muito mais cobrança e hoje em dia diminuiu um pouco a cobrança, mas o perfil continua o mesmo, com menos intensidade um pouco. Com a minha mãe eu sempre tive a sensação, a iminência de acontecer algo ruim, era sempre assim, eu não gostava de ficar próximo dela, porque eu sempre achava que ela ia me cobrar alguma coisa, que ela ia falar alguma coisa. Quando a minha mãe aparecia eu já ficava assim, ela me cobrava o tempo inteiro, por exemplo, se eu tivesse vendo TV ela falava que eu devia tá estudando, se eu tivesse jogando videogame ela falava que eu estava há muito tempo jogando vídeo game e que eu devia tá fazendo isso, aí por exemplo se eu sentasse do lado dela pra conversar e falasse da economia do país ela falava que eu tinha que fazer uma previdência privada, era sempre assim, qualquer assunto que eu puxava ela vinha me cobrar alguma coisa, então eu já tinha essa aversão de puxar conversa com ela. E hoje em dia eu ainda sinto um pouco que possa vir a qualquer momento uma cobrança, mas é menos, até por que ela mudou um pouco os comportamentos, ela tá menos incisiva nas cobranças, talvez por eu estar mais velho e ela achar que eu esteja mais independente, aí hoje em dia é mais tranquilo (SUJEITO 2).

Podemos perceber que em seu relato o sujeito 2 considera que sua relação com a mãe não era muito reforçadora, pois, a mãe disponibilizava pouco afeto e demonstrações de carinho, e por outro lado apresentava bastante estimulação aversiva, que neste caso, podemos chamar de monitoria negativa baseando nas práticas educativas parentais que Gomide e outros (2006, p. 24) descrevem como “a monitoria negativa também é chamada de supervisão estressante caracterizada por fiscalização e ordens excessivas dadas aos filhos [...]”. Podemos considerar este comportamento da mãe como reforço negativo, pois causava no filho sentimentos de ansiedade e ao mesmo tempo o filho emitia muitos comportamentos de esquiva para não entrar em contato com as exigências da mãe, bem como a própria mãe pode ter se tornado um estímulo discriminativo condicionado, pois de acordo com o relato do entrevistado a presença da mãe já eliciava nele respostas emocionais aversivas, de modo que ele se esquivava para não chegar perto da mãe, ainda que o estímulo aversivo (exigências da mãe) não estivesse no ambiente.

Foi perguntado ao Sujeito 2 como são as suas interações sociais e ele descreve que suas baixas habilidades sociais no passado tem relação com as interações aversivas com a mãe.

Hoje eu considero que eu sou uma pessoa que consigo conversar bem, sou sociável, consigo arranjar amigos, ter amizades, só que se for fazer uma retrospectiva no tempo, eu tive que superar muita coisa, por que eu sentia muita vergonha, eu era muito ansioso, tinha muito medo de ser humilhado, essas coisas, quando eu era mais novo eu era bem antissocial mesmo, não tinha amigos, ficava o tempo inteiro em casa jogando vídeo game. Eu era gordo e minha mãe ficava falando que eu era gordo e tinha que emagrecer, e minha mãe nas cobranças dela, ela tinha muito perfil meio que de me rebaixar, então talvez isso tenha me influenciado pra não ter tanta autoconfiança pra me socializar, de achar que eu posso ser humilhado essas coisas. (SUJEITO 2).

No relato do Sujeito 2 podemos perceber que ele formula algumas autorregras associando suas baixas habilidades sociais no passado aos comportamentos da mãe. De fato, alguns autores apontam que as práticas educativas parentais negativas estão associadas às baixas habilidades sociais dos filhos e pais que demonstram pouco afeto e utilizam práticas coercitivas influenciam para o desenvolvimento de problemas comportamentais nos filhos (WOLCHIK et al. apud BOAS; BOLSONI-SILVA, 2010). No entanto, apenas com o relato verbal do entrevistado não podemos fazer esta relação direta devido à falta de controle das demais variáveis, mas podemos levantar algumas hipóteses de outras variáveis que tenham reforçado os comportamentos de baixa habilidades sociais do Sujeito 2.

Nesse sentido, o entrevistado relatou alguns sentimentos e deu dicas de quais contingências de reforçamento produziam esses sentimentos. O Sujeito 2 relatou que estava acima do peso e a mãe o punia por esse motivo, não sabemos qual era a regra em que a mãe estava sob controle por se incomodar sobre o peso do filho, mas o relato do entrevistado supõe um modelo inadequado do comportamento da mãe que ao invés de criar contingências de punição para o filho com comportamentos verbais de insultos, que produziam sentimentos de vergonha, ansiedade e medo, a mãe poderia arranjar contingências agradáveis e amenas que pudessem produzir no filho sentimentos de bem-estar, como por exemplo, um diálogo sobre os cuidados com a saúde, arranjar contingências para modificação de comportamentos que pudessem incluir reforços positivos, que envolvesse a ajuda da mãe, e o uso mínimo ou nenhum de controle aversivo.

Além das contingências punitivas da mãe, o entrevistado tinha pouco contato social e por viver num ambiente restrito, tinha poucas chances de ampliar seu repertório

comportamental, pois quase não entrava em contato com contingências sociais o que produzia sentimentos de baixa autoestima e baixa autoconfiança, lembrando que autoestima “é o produto de contingências de reforçamento positivo de origem social [...]” (GUILHARDI, 2002, p. 7) e que “[...] a dimensão fundamental para desenvolver autoconfiança é que a criança tenha a possibilidade de emitir um comportamento e, então, produzir consequências no seu ambiente que fortaleçam tais comportamentos [...]” (GUILHARDI, 2002, p. 13), ou seja, as possibilidades de variabilidade comportamental do entrevistado eram bem reduzidas. E, além disso, o Sujeito 2 relata que desenvolveu habilidades sociais posteriormente, provavelmente entrou em contato com contingências que modelaram seu comportamento e ampliaram seu repertório, produzindo sentimento de autoconfiança para a obtenção de vários reforços. Sendo assim, podemos considerar que variados eventos ambientais contribuíram - inclusive as contingências aversivas arranjadas pela mãe - para uma baixa habilidade social do Sujeito 2.

O Sujeito 3 relata alguns comportamentos da mãe e indica algumas práticas adotadas por ela,

Minha mãe nunca ligou pra médico, nada, e escola meu pai pagava pensão alta pra ela e ela me enfiava em colégio público, eu tinha que ir andando, era assim horrível, eu pegava ônibus com seis anos de idade, só pra você ter ideia, lá em Minas Gerais, e ela ficava dormindo em casa, então assim, ela nunca se importou com médico, ela nunca me levou no médico. Mas em questão de escola, ela não tinha muito que conversar com meu pai porque a regra era que a minha mãe sabia educar um filho na escola, ela sabia fazer os filhos estudarem. Essa que era a concepção dele pra ela, então não tinha muito que perguntar se estava indo bem ou se estava indo mal, porque estava indo bem porque ela era muito agressiva então a gente tinha que seguir O humor da minha mãe era muito instável, tipo assim, as vezes ela acordava morrendo de amores, ah vamos tomar um banho de piscina, mas as vezes ela ia dormir a tarde, e depois de acordar ela se transformava em outra pessoa, a pessoa mais insuportável desse mundo. Então assim, eu ficava o dia todo na rua, eu gostava muito de ficar sozinha, pra mim era bom, porque eu acho que na rua eu não precisava conviver com essa ansiedade, e mesmo assim quando eu voltava pra casa eu não sabia como o humor dela ia estar (SUJEITO 3).

Pelo relato verbal observa-se que o Sujeito 3 entrou em contato com contingências aversivas desde muito pequena e a mãe tinha comportamentos negligentes ao cuidado com a filha, os cuidados básicos não eram atendidos, como por exemplo, levar ao médico e acompanhar na escola. A mãe fazia uso de punições não contingentes aos comportamentos da filha, punia de acordo com seu humor, Carvalho e Gomide afirmam que (2005, p.266) “a falha em se usar eficazmente a punição, tornando-a dependente do humor do agente punidor e não do

comportamento emitido, é a característica da punição inconsistente [...]” o que não oferece à criança o mínimo de previsibilidade do ambiente gerando sentimentos de ansiedade, e o fato do Sujeito 3 passar grande parte do tempo na rua é um indicativo de esquiva desse ambiente ansiogênico e provavelmente ao ficar na rua a criança obtinha alguns reforçadores que não tinha em casa, fortalecendo ainda mais o comportamento de esquiva para não ficar em casa.

Já que a mãe não possuía comportamentos responsáveis com a filha, o pai poderia intervir para proporcionar contingências reforçadoras e práticas educativas positivas, a fim de possibilitar um desenvolvimento adequado à criança, contudo o pai estava sob controle da regra de uma mãe autoritária poderia educar os filhos bem, por controlar os filhos e estes a obedecerem por causa das punições, nesse sentido o pai reforçava um modelo inadequado de educação dos filhos, inadequado, porque algumas pesquisas apontam que geralmente filhos de pais autoritários “apresentam comportamento de externalização (agressão verbal ou física, destruição de objetos, mentira) e de internalização (retração social, depressão, ansiedade)” (OLIVEIRA et al. apud WEBER, 2004, p. 325). O Sujeito 3 faz a mesma relação que os autores e associa os comportamentos antissociais na adolescência às práticas educativas parentais. Não tivemos controle sobre toda história de contingências do Sujeito 3, mas baseando na revisão de literatura e na descrição de algumas interações feitas pelo Sujeito 3, podemos sugerir que as práticas educativas parentais influenciaram nos comportamentos antissociais da entrevistada.

Se eu tivesse tido uma família mais afetuosa, mais estável, com certeza eu não teria tido tantos comportamentos inadequados que eu desenvolvi na minha adolescência, por exemplo, tantas escolhas erradas que eu fiz, que com certeza, qualquer adolescente gostaria de ficar com um pai afetuoso, que fosse tranquilo, o adolescente só escolhe fazer besteira, eu sou uma experiência em pessoa sabe, eu já usei drogas, saía pra rock todo dia, ficava com muitos meninos, trocava de namorado o tempo inteiro, tinha problemas na escola, bagunça na escola, tudo que você imaginar que um adolescente faz de errado eu fiz (SUJEITO 3).

O Sujeito 4 relata uma situação aversiva vivida com o pai, no qual houve uma tentativa de abuso sexual e a presença do pai produzia comportamentos de esquiva na filha. Sobre a tentativa de abuso sexual, não temos condições de discutir nesse trabalho, pois, não foi uma variável de controle, assim, pelos relatos da entrevistada não temos dados suficientes para discussão e este também não faz parte dos objetivos desta pesquisa, mas apontamos esta contingência como mais um aspecto de influência do repertório comportamental do Sujeito 4.

A presença dele me causava incômodo. Porque meu pai, tipo assim, eu não era tão novinha não, mas o meu pai meio que tentou abusar de mim, então assim, eu não me sentia nunca à vontade quando ele chegava perto, quando ele encostava, quando ele vinha conversar, eu via que ele tentava se aproximar não pelo fato de “ah é minha filha, eu quero dar carinho”, sempre de uma forma assim olhando de um homem perverso, olhando pra uma garotinha, então isso me causava incômodo, tanto que quando eu dormia na casa dele eu ia para o quartinho da empregada, com a porta trancada. Eu nunca ficava a vontade, então, isso gerava em mim uma agonia, eu não ficava sozinha na casa dele quando ele estava em casa, nunca fiquei, às vezes eu não podia dormir no quarto da empregada, então eu dormia no quarto da minha irmã com a porta fechada, eu nunca consegui ficar sozinha perto dele (SUJEITO 4).

O sujeito 4 relata que devido a ausência do pai ela teve alguns prejuízos, porém não associa os prejuízos ao episódio de tentativa de abuso, mas à ausência do exercício da paternidade. Parece que o Sujeito 4 não discrimina as contingências em qual ela foi exposta e formula algumas regras para descrever as suas dificuldades comportamentais, como por exemplo, as dificuldades nos relacionamentos afetivos, que a entrevistada associa exclusivamente à ausência do pai, pois de acordo com ela a falta de um modelo masculino, faz com que ela tenha dificuldade de interagir com homens, e esta autorregra provavelmente se originou de leituras e pesquisas, mas que talvez sejam disfuncionais, pois faz uma relação direta de causa e efeito e desconsidera as demais contingências de reforçamento que são responsáveis pelo repertório comportamental da entrevistada.

Hoje eu olho lá pra trás e vejo os prejuízos que eu tive por não ter tido a presença de um pai, não por responsabilidade da minha mãe, porque ela não teve nada a ver com isso, quer queira, quer não a figura masculina faz falta na criação, faz falta no desenvolvimento, na forma de pensar, na forma de agir de uma pessoa, tanto do lado masculino, quanto do lado feminino, então eu vejo que hoje as complicações que eu tive são, por exemplo, eu não consigo me relacionar com homem, a questão de relacionamento pra mim é muito complicado, eu já observei, como eu te falei eu gosto muito de psicologia, então eu pesquiso um pouco, leio um pouco, e eu sei que quando a mulher não tem isso na infância ela quer depois que ela cresce chamar atenção do homem, as vezes das formas mais torpes, porque ela não teve aquilo quando era criança, assim, os prejuízos que me trouxeram foram esses de não saber como eu vou me relacionar com namorado, como eu vou me portar com namorado (SUJEITO 4).

Ao criar regras disfuncionais o indivíduo fica insensível às contingências, o que pode estar acontecendo com o Sujeito 4, e com isso ela tem poucas chances que alterar o ambiente, pois não discrimina que o seu comportamento pode ser modelado pelas contingências e com isso aprender a produzir consequências reforçadoras nas relações.

#### 4.4 ABANDONO AFETIVO

Três entrevistados relataram ter sofrido abandono afetivo por parte dos pais e as consequências do abandono foram diferentes para cada um, mas, nos três casos esta ausência física e falta do exercício da paternidade quando crianças tem influência na qualidade da relação atual entre pai e filho (a).

A minha relação com o meu pai, vejo ele pouco, mas quando a gente se vê é normal também, só que com ele quando a gente discute é diferente de quando discuto com a minha mãe, com ele não tem respeito. Se eu tiver que discutir eu vou discutir mesmo, não tem aquela coisa de pai pra mim, eu sei que é meu pai, mas se eu tiver que brigar eu brigo. Quando eu era criança a minha relação com o meu pai era aquela coisa atípica, uma vez na vida e outra na morte, mas a relação de quando ele estava comigo era boa, o problema do meu pai toda vida foi a ausência. No passado, em parte eu me sentia amada pelo meu pai, quando eu estava com ele sim, agora todas as outras vezes que ele me deixou não. E hoje eu sinto menos, o nosso relacionamento é muito frio, não tem muito afeto não, eu vejo meu pai mais como um colega. Eu já senti muito mal em relação a ele, hoje em dia trato com indiferença, não ligo mais, já não sinto mais aquela falta que eu sentia quando era criança (SUJEITO 1).

Percebe-se que o Sujeito 1 define a relação com o pai no passado como boa no sentido de ser reforçadora a presença dele, mas atualmente parece não haver muitas interações com o pai. No entanto, o Sujeito 1 faz referência a ausência do pai na infância como aversiva, e esta ausência pode ser considerada como negligência, pois o pai privava a filha de muitos reforçadores que poderiam haver na relação como carinho e afeto, além de contribuir na educação da filha, cumprindo o papel de pai. Maccoby e Martin, citados por Weber e outros (2004) destacam que o modelo parental negligente se refere a pais que não se comprometem com suas atribuições de pais e em longo prazo, os elementos da relação parental costumam reduzir sua frequência, podendo até desaparecer e a relação funcional do pai com o filho poderá ser mínima.

A ausência do pai foi significativa na vida do Sujeito 1 o que pode ter influenciado para a ausência de respeito e pelo não reconhecimento da paternidade de seu pai atualmente. Cabe destacar que a negligência vivida pelo Sujeito 1 é referente a relação com o pai, pois a entrevistada teve uma relação reforçadora com a mãe que será melhor discutida no próximo subitem. É importante destacar também como a entrevistada enfrenta as dificuldades vividas na infância sobre a ausência do pai. Guilhardi (2015, p. 12) explica como as pessoas se desenvolvem e se adaptam:

As pessoas se desenvolvem: ampliam repertórios comportamentais; respondem a novos reforçadores positivos; lidam melhor com condições

aversivas; passam a ter acesso a reforçadores antes não disponíveis; superam medos e inseguranças; melhoram poder aquisitivo e imagem social etc. Tal desenvolvimento não é homogêneo [...].

O Sujeito 4 também destacou a ausência do pai como aversiva, além de observar os comportamentos do pai na interação com os irmãos do outro casamento que era diferenciada. A entrevistada relata ter sentimentos de raiva que para a análise do comportamento se refere a uma “restrição física continuada ou outra interferência com o comportamento [...]” (SKINNER, 2003, p. 180) e atualmente a entrevistada rompeu a relação com o pai.

Hoje não tenho mais contato com meu pai, tem um ano e meio que eu não o vejo e não falo com ele. Ele casou, teve outra família e outros filhos e tem muita diferença de tratamento entre mim e os meus outros irmãos, a diferença é gritante, então devido a essas situações eu decidi me afastar. Antes de eu parar de falar com ele a nossa relação era péssima, eu nunca consegui ver ele como um pai, eu sempre vi ele com um respeito, de tomar benção e aquela coisa toda porque eu sei que ele é meu pai, mas eu nunca consegui olhar pra ele e ver ele como meu pai, eu sempre o vi como um tio, devido ao fato dele sempre ter desde o início, meio que ignorado a minha existência e a existência da minha outra irmã. Eu sentia era raiva dele, depois que eu cresci o sentimento era de raiva, por tudo, por esses comportamentos, por essas coisas que ele fazia, pelo fato dele mesmo não me reconhecer como filha (SUJEITO 4).

Já o Sujeito 6 descreve que possui uma relação de amizade com o pai e considera ter uma relação reforçadora com ele, no entanto, pelo fato do pai não ter sido presente e não ter exercido a paternidade, não colaborando por exemplo, nas práticas educativas, o filho não o considera como pai e isso interfere na relação atual. Aberastury e Salas (apud FIORELLI; MANGINI, 2015, p. 317) “dizem que há pais que não perdem o contato afetivo com o filho, porém, não podem desfrutar da paternidade porque não sentem o filho como próprio”, a partir dessa afirmação podemos supor que o relato do filho se refere a este contexto no qual há um relacionamento afetivo com o pai e uma relação reforçadora, mas não existe a relação funcional de paternidade, mas esta é apenas uma hipótese já que o relato dos pais não foi uma variável controlada por este estudo.

A minha relação com o meu pai é tranquila, até porque eu quase não o vejo né, só o vejo quando eu vou lá na casa dele, mas nunca considere e até hoje eu não considero ele como um pai, é amigo, pois ele é aquele cara que eu fico bem, convivo bem, mas eu não aceito ele vir falar nada comigo, ele ocupar esse espaço de pai, porque quando eu era criança ele não ocupou, então agora eu também não deixo ele ocupar esse espaço. Ele nunca foi pai, sempre foi amigo, por todas as vezes que precisei que alguém me corrigisse ele nunca corrigiu, ele sempre foi aquele cara que é o mesmo relacionamento que eu tenho com os meus amigos, então não tenho porque trata-lo como pai sendo que ele que não quer assumir essa postura de pai (SUJEITO 6).

#### 4.5 RELAÇÃO REFORÇADORA

Alguns sujeitos apontaram algumas relações como reforçadoras apesar de existir eventuais desentendimentos.

O Sujeito 1 relata que a relação com a mãe é reforçadora, apesar de não ter comportamentos de abraçar, dizer eu te amo, que a entrevistada descreve como demonstrações de afeto, a mãe emitia comportamentos compatíveis ao afeto e valorização dos filhos, como demonstrações de respeito, comportamentos que transmitem confiança e quando a mãe podia se fazia presente com os filhos e na ausência, deixava os filhos sob o cuidado de outra pessoa, permitindo que o Sujeito 1 fizesse atividades reforçadoras pra ela como, brincar, mas ao mesmo tempo sob a supervisão de alguém.

A minha mãe sempre trabalhou muito pra sustentar quatro filhos, com ela a relação é de respeito, de amor, a gente não tem muito afeto, porque é da família, a família inteira é muito desafetuosa, no sentido de dar carinho, de abraçar, dizer eu te amo, essas coisas, isso a gente não tem aqui em casa, nunca teve, mas com ela é diferente, eu sei que eu posso contar sempre, com ela é respeito, é amor. Quando eu era criança o meu sentimento em relação a minha mãe era o melhor possível. Quando ela não estava trabalhando, ela ficava bastante em casa, com os filhos. E quando minha mãe ia trabalhar minha irmã mais velha representava esse papel, na minha infância não tenho do que reclamar não, eu sempre brinquei muito, sempre estive rodeada de amigos, então quando eu estava brincando o tempo passava e quando eu reparava minha mãe já estava chegando do trabalho (Sujeito 1).

O Sujeito 4 considera a relação com a mãe como reforçadora, e que as duas brigam frequentemente, no entanto, de acordo com o relato existe confiança, amizade, parceria e respeito e que a briga não é de forma coercitiva. De acordo com os sentimentos descritos pela entrevistada podemos afirmar que a relação entre mãe e filha é equilibrada no uso de reforçadores e com poucas punições. Skinner e Sidman, citados por Bolsoni-Silva e Maturano (2002) levantam a reflexão de que os pais ao educarem os filhos precisam determinar limites com menor uso possível de punição, pois de acordo com Weber e Ton (2011, p.401) são vários os efeitos negativos e “[...] entre os prejuízos pelo uso de punição pelos pais estão comportamentos de esquiva dos filhos, formulação de autorregras negativas, depressão, ansiedade, autoconfiança e autoestima rebaixadas [...]”. o uso reduzido de punições, contribui na resolução de problemas comportamentais, sem que provoque prejuízos na relação interpessoal com o filho. O relacionamento familiar

adequado inclui o uso equilibrado de reforçadores, expressão de sentimentos, respeito, valores e princípios, amizade, colaboração e opiniões.

A minha relação com a minha mãe é boa, a gente briga bastante, a gente bate muito de frente, mas a relação é boa, hoje assim, se não fosse a minha mãe na minha vida eu não seria nada. A minha relação com ela é de muito companheirismo, de boa vontade, de amizade, de parceria, que por mais que a gente tenha os nossos desentendimentos que é normal de mãe e filha, a minha mãe é muito minha amiga, às vezes ela briga comigo porque “ah você vai fazer isso”, mas tudo que eu vou fazer eu falo com ela, não sei se ela vai achar ruim ou não, mas eu falo, “vou fazer isso”, “vou sair pra tal lugar”, “vou sair com tal pessoa”, então a nossa relação é na base da amizade (SUJEITO 4).

O Sujeito 5 considera a relação com o pai como mais reforçadora do que a relação com a mãe, pois desde antes do divórcio a entrevistada sempre teve mais convívio com o pai estabelecendo um vínculo afetivo maior com ele e esse vínculo se mantém até hoje.

Eu tenho uma relação melhor com o meu pai, eu sempre tive uma relação melhor com ele, ele que cuidava de mim até quando eles eram casados, aí a nossa relação manteve assim. Tenho mais intimidade e o vínculo é maior com ele, a gente é bem amigo tem um diálogo maior e eu conto tudo pra ele (SUJEITO 5).

#### 4.6 SENTIR-SE AMADO

Os entrevistados relacionaram o sentirem-se amados pelos pais a partir da qualidade da relação e alguns descrevem esse sentimento diferentemente e deram ênfase na demonstração de afeto para a manutenção do sentir-se amado, abaixo as respostas dos entrevistados quando perguntados se se sentiam amados pelos pais.

Sentia, mas muito mais pelo meu pai, pela questão do afeto mesmo porque minha mãe ela se preocupava muito em cobrar, mas não se preocupava tanto em dar afeto, em falar que gostava de mim, de brincar comigo, essas coisas, o meu pai já era o contrário. E hoje ainda é a mesma coisa, com a minha mãe é mais cobrança, não tem muito isso de ficar conversando, com o meu pai eu converso, super tranquilo (SUJEITO 2).

O Sujeito 2 faz referência ao comportamento punitivo da mãe e destaca que a mãe emitia comportamentos pouco reforçadores na relação com ele com poucas demonstrações de afeto e não se preocupava com eventos reforçadores para o filho como por exemplo, o brincar, já o pai fazia o contrário fazia atividades que eram importantes para o filho o que influenciava em se sentir amado.

O Sujeito 4 relata que se sente amado pela mãe e descreve contingências de reforçamento compatíveis com este sentimento, destacando que a mãe sempre se preocupou com o que era importante para a filha e isto sempre evocou sentimentos

produzidos por reforço positivo, como descrito abaixo, quando perguntado que sentimentos a entrevistada tinha na presença da mãe.

Com a minha mãe me sinto protegida, me sinto amada, me sinto guardada, minha mãe é minha heroína. Por ela eu tenho um sentimento bom, um sentimento de proteção, um sentimento de que posso ficar tranquila que ela tá aqui e nada de ruim vai me acontecer, teve até um episódio que a gente foi num show do Netinho, lá no Álvares, eu tinha uns 16 anos, e minha mãe foi junto, ficou perto, cuidando ali, tipo assim, “pode se divertir, pode ficar tranquila que eu estou aqui zelando por você” (SUJEITO 4).

A partir de toda a discussão feita nesse trabalho, percebemos que o desenvolvimento do repertório comportamental dos filhos dependerá da relação que se estabelece entre pais e filhos e de todas as outras contingências em que os filhos serão expostos desde a infância, e que o divórcio será mais uma variável devido ao rearranjo dessas contingências, e esse rearranjo e manutenção das relações parentais é que determinarão os comportamentos dos envolvidos e não o divórcio por si mesmo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que discutimos acerca do divórcio percebemos que existem algumas contradições, tanto na literatura quanto na fala dos próprios entrevistados. Grande parte da incompreensão a respeito do divórcio parece ser em decorrência de associar que a separação conjugal por si mesma é ruim, é como se fosse intrínseco ao divórcio a condição de ser aversivo. Fazer esse tipo de associação tem seu lado negativo pois oferece poucas oportunidades de mudanças, pois já se parte de uma realidade preestabelecida. Nesse sentido, é necessário destacar a importância do ambiente e das contingências que estão operando e que fazem com que o divórcio seja ou não aversivo.

Além de não ser natural que o divórcio seja aversivo, também não se pode afirmar que a separação conjugal irá produzir prejuízos comportamentais nos filhos, os prejuízos quando ocorrem são decorrentes do arranjo de contingências que se estabeleceu na vida do filho. A história de contingências de reforço positivo ou controle aversivo é que irá produzir os sentimentos positivos ou negativos e alta ou baixa variabilidade comportamental, que são produtos destas interações.

As práticas parentais além de reforçar o desenvolvimento de habilidades sociais ou de comportamentos inadequados, produzirão nos filhos sentimentos positivos ou negativos em relação à própria relação parental e no estabelecimento de vínculo entre pais e filhos.

Nesse sentido cabe retornar a pergunta de origem deste estudo: como os pais tem se comportado em relação à separação conjugal e ao mesmo tempo como tem se comprometido com a relação parental e como essas variáveis influenciam na vida dos filhos?

A partir do relato verbal dos filhos observou-se como ocorreram essas interações e grande parte dos entrevistados relataram o que a literatura aponta sobre a perda do vínculo parental após a separação conjugal, pois alguns pais não se comprometeram em participar ativamente da vida dos filhos, observamos também que, devido aos conflitos conjugais a maior parte dos pais não cooperavam no exercício da parentalidade, e muitas vezes incluíam os filhos em discussões,

oferecendo modelos inadequados de comportamentos, além de apresentar uma condição aversiva para o filho.

No decorrer desta pesquisa ficamos sob controle dos objetivos geral e específicos. Buscamos a partir do objetivo geral investigar as relações parentais após a separação conjugal a partir do relato verbal dos filhos adultos; e, além disso, essa pesquisa procurou analisar a partir do relato verbal dos filhos as consequências das relações de contingências estabelecidas após o divórcio; averiguar a partir do relato verbal dos filhos as influências das práticas educativas parentais para a qualidade da relação entre pais e filhos; investigar a construção de autorregras dos filhos para explicar os próprios comportamentos e quais as relações feitas com as práticas educativas parentais e analisar possíveis distanciamentos de um dos pais após o divórcio.

Como resultado, o relato verbal dos entrevistados nos indicou a qualidade das relações estabelecidas com os pais e as contingências a que foram expostos mostrando-nos que os sentimentos referentes aos pais eram produtos das interações estabelecidas entre eles e não da condição do divórcio em si, apesar de que o fato de os pais serem separados e o convívio com um dos pais ser reduzido possibilitaram a construção de algumas autorregras que nem sempre eram funcionais, pois não descreviam adequadamente a relação de contingências a que estavam expostos. Destacamos que em alguns casos os sujeitos não se recordam do contexto do divórcio no momento em que ocorreu, pois eram muito novos ou não tinham nascido, nesse sentido os sujeitos descreveram a relação que se estabeleceu após o divórcio ou ao que foi relatado por outras pessoas.

Com base nesses aspectos, ressaltamos a importância de se compreender as relações entre pais e filhos, as contingências que são estabelecidas nessas relações, o compromisso dos pais na criação dos filhos independente da qualidade da relação conjugal. Nesse sentido, a psicologia poderá contribuir ao analisar junto com esses pais, os comportamentos que são adequados para um desenvolvimento satisfatório dos filhos e quais comportamentos devem ser evitados devido as condições aversivas que os filhos podem ser expostos, bem como analisar junto com os ex-cônjuges quais são os eventos que podem estar tornando o divórcio aversivo, possibilitando uma passagem pelo divórcio de maneira mais amena.

## REFERENCIAS

- ALMEIDA, A. M. Notas sobre a família no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Pensando a família no Brasil: da colônia a modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987. p. 53-66.
- ALMEIDA, C. G. et al. Pais separados e filhos: análise funcional das dificuldades de relacionamento. **Estud. psicol.** Campinas, v. 17, n. 1, p. 31-43, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2000000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2000000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 maio 2016.
- ALVARENGA, P.; PICCININI, C. A. Práticas educativas maternas e indicadores do desenvolvimento social no terceiro ano de vida. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 191-199, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722009000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722009000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 24 maio 2016.
- ANDERY, M. A. P. A. Especificidades e implicações da interpretação da linguagem como comportamento Verbal. In: TOURINHO, E. Z.; LUNA, S. V. (Org.). **Análise do Comportamento: Investigações Históricas, Conceituais e Aplicadas**. São Paulo: Roca, 2010. p. 62- 99.
- ANDERY, M. A. P. A. O modelo de seleção por consequências e a subjetividade. In: BANACO, R. A. (Org.). **Sobre Comportamento e Cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista**. Santo André: ESETec Editores Associados, 2001. p. 196-205.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BAUM, W. M. **Compreender o Behaviorismo: Ciência, comportamento e Cultura**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BEE, H. **O ciclo vital**. São Paulo: Artmed, 1997.
- BOAS, A.C. V. B. V.; BOLSONI-SILVA, A. T. Habilidades sociais educativas de mães separadas e sua relação com o comportamento de pré-escolares. **Psico-USF**, Itatiba, v. 15, n. 3, p. 301-310, 2010 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712010000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712010000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 maio 2016.
- BOLSONI-SILVA, A.T.; MARTURANO, E. M. Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. **Estud. psicol.** Natal, v. 7, n. 2, p. 227-235, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2002000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2002000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 09 maio 2016.
- BRASIL. **Lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a alienação parental e altera o Art. 236 da Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Brasília, 2010.

Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm)>. Acesso em: 23 Set. 2015.

CANO, D. S. et al. As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 214-222, 2009 .

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722009000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722009000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 31 maio 2016.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, 2006. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072006000400017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000400017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 Jun. 2016.

CARVALHO, M. C. N.; GOMIDE, P. I. C. Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 263-274, 2005. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v22n3/v22n3a05.pdf>>. Acesso em: 02 Jun. 2016.

CATANIA, A. C. **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição**. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

CHAVES, N. M.; MACIEL, S. K. Mediação familiar nos casos de dissolução de sociedade e vínculo conjugal. In: CRUZ, R. M.; MACIEL, S. K.; RAMIREZ, D. C. (Org.). **O trabalho do psicólogo no campo jurídico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 171-190.

DANTAS, C.; JABLONSKI, B.; FERES-CARNEIRO, T. Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 29, p. 347-357, 2004. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2004000300010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000300010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 maio 2016.

FALEIROS, P. B. Cooperações, cultura, e comportamento verbal. In: SADI, H. M.; CASTRO, N. M. S. (Org.). **Ciência do comportamento: conhecer e avançar**. Santo André: ESETec Editores Associados, 2003. p. 99-109. 3 v.

FERNADES, L. A.; GOMES, J. M. M. Relatórios de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação. **ConTexto**. Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 1-23, 2003. Disponível em:

<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11638/6840>>. Acesso em: 24 maio 2016.

FIORELLI, J. O.; MANGINI, R. C. R. **Psicologia Jurídica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GERHARDT, T. E.; SOUZA, A. C. Aspectos conceituais e teóricos. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 11-30. Disponível em: < <https://www.passeidireto.com/arquivo/21633032/13-livro-metodos-de-pesquisa>>. Acesso em: 24 maio 2016.

- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 67-80.
- GOMIDE, P. I. C. (Coord.). **Inventário de Estilos Parentais – IEP: modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- GUILHARDI, H. J. **Auto-estima, autoconfiança e responsabilidade**. [S.l.: s.n.], 2002. Disponível em: <[http://www.itrcampinas.com.br/pdf/helio/Autoestima\\_conf\\_respons.pdf](http://www.itrcampinas.com.br/pdf/helio/Autoestima_conf_respons.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2016.
- GUILHARDI, H. J. **Perdão em uma perspectiva comportamental**. Campinas: [s.n.], 2015. Disponível em: <<http://www.itrcampinas.com.br/txt/perdao.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2016.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- HUNZIKER, M. H. L.; SAMELO, M. J. Controle aversivo. In: BORGES, N. B.; CASSAS, F. A. (Org.). **Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Artmed, 2012. p. 49-63.
- HUNZIKER, M. H. L. Afinal, o que é controle aversivo?. **Acta comport.**, Guadalajara, v. 19, n. 4, p. 9-19, 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0188-81452011000400006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-81452011000400006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 maio 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Registro Civil**. Rio de Janeiro, v. 41, 2014. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc\\_2014\\_v41.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2014_v41.pdf)>. Acesso em: 31 maio 2016.
- KOHLBERG, R. J.; TSAI, M. **Psicoterapia Analítica Funcional: Criando Relações Terapêuticas Intensas e Curativas**. Santo André: ESETec Editores Associados, 2006.
- KRÜGER, L.L. Mediação do divórcio: pressupostos teóricos para a prática sistêmica. In: ROVINSKI, S. L. R.; CRUZ, R. M. (Org.). **Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção**. São Paulo: Vetor, 2009. p. 235-246.
- LAGO, V. M.; BANDEIRA, D. R. A Psicologia e as demandas atuais do Direito de família. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 290-305, 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932009000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 fev. 2016.

LAMELA, D. J. P. V. Desenvolvimento após o divórcio como estratégia de crescimento humano. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 114-121, 2009. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822009000100012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822009000100012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 31 maio 2016.

LEAR, Kathy. **Ajude-nos a aprender**: um programa de treinamento em ABA. 2. ed. Toronto: [s.n.], 2004.

MARTIN, G. **Consultoria em psicologia do esporte**: orientações práticas em análise do comportamento. Campinas: Instituto em Análise do Comportamento, 2001.

MARTIN, G.; PEAR, J. **Modificação de Comportamento**: o que é e como fazer. 8. ed. São Paulo: Roca, 2009.

MATOS, M. A. **As Categorias Formais de Comportamento Verbal em Skinner**. [1991]. Disponível em:

<[http://www.itcrcampinas.com.br/pdf/outros/as\\_categorias\\_formais\\_de\\_comportamento\\_verbal.PDF](http://www.itcrcampinas.com.br/pdf/outros/as_categorias_formais_de_comportamento_verbal.PDF)>. Acesso em: 14 jul. 2016.

MATOS, M. A. Comportamento governado por regras. **Rev. Bras. Ter. Comport. Cogn.**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 51-66, 2001b. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-55452001000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452001000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 30 maio 2016.

MATOS, M. A. O Behaviorismo Metodológico e suas relações com o Mentalismo e o Behaviorismo Radical. In: BANACO, R. A. (Org.). **Sobre Comportamento e Cognição**: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista. Santo André: ESETec Editores Associados, 2001a. p. 57-69.

MATOS, M. A.; TOMANARI, G. Y. **A análise do comportamento no laboratório didático**. São Paulo: Manole, 2002.

MICHELETTO, N. Bases filosóficas do Behaviorismo Radical. In: BANACO, R. A. (Org.). **Sobre Comportamento e Cognição**: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista. Santo André: ESETec Editores Associados, 2001a. p. 33-48.

MICHELETTO, N. Variação e seleção: as novas possibilidades de compreensão do comportamento humano. In: BANACO, R. A. (Org.). **Sobre Comportamento e Cognição**: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista. Santo André: ESETec Editores Associados, 2001b. p. 116-129.

MOREIRA, J. S. S. Litígio e disputa de guarda: tecendo os conflitos como os mesmos fios que tecem o amor. In: CARVALHO, M. C. N. (Coord.). **Psicologia e Justiça**: infância, adolescência e família. Curitiba: Juruá, 2012. p. 237-258.

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. **Princípios Básicos de Análise do Comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA, M. H. C. P. **A alienação parental como forma de abuso à criança e ao adolescente**. 2012. 183 f. Dissertação de Mestrado (Direito Civil) – Faculdade de Direito, USP, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-07062013-141829/pt-br.php>>. Acesso em: 24 Set. 2015.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.

PESSÔA, C. V. B. B.; VELASCO, S. M. Comportamento Operante. In: BORGES, N. B.; CASSAS, F. A. (Org.). **Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Artmed, 2012. p. 24-31.

PRÓCHNO, C. C.; PARAVIDINI, J. L.; CUNHA, C. M. Marcas da alienação parental na sociedade contemporânea: um desencontro com a ética parental. **Rev. Mal-Estar e Subj.**, Fortaleza, v. 11, n. 4, p. 1461-1490, 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482011000400007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000400007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 Set. 2015.

QUEIROZ, P. P. Punição Negativa. In: ABREU, C. N.; GUILHARDI, H. J. (Org.) **Terapia comportamental e cognitivo-comportamental: práticas clínicas**. São Paulo: Roca, 2015. p. 72-101.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 99-124.

RICO, V. V.; GOLFETO, R.; HAMASAKI, E. I. M. Sentimentos. In: HÜBNER, M. M. C.; MOREIRA, M. B. (Org.). **Temas clássicos da psicologia sob a ótica da análise do comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. p. 88-99.

ROSA, A. M.; OLIVEIRA, P.; CRUZ, R. M. Aspectos psicológicos envolvidos em processos de separação litigiosa e consensual. In: CRUZ, R. M.; MACIEL, S. K.; RAMIREZ, D. C. (Org.). **O trabalho do psicólogo no campo jurídico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 97-119.

ROSE, J. C. A Importância dos Respondentes e das Relações Simbólicas para uma Análise Comportamental da Cultura. **Acta Comportamental**, São Carlos, v.24, n. 2, p. 201-220, 2016. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/303300676\\_A\\_importancia\\_dos\\_respondentes\\_e\\_das\\_relacoes\\_simbolicas\\_para\\_uma\\_analise\\_comportamental\\_da\\_cultura](https://www.researchgate.net/publication/303300676_A_importancia_dos_respondentes_e_das_relacoes_simbolicas_para_uma_analise_comportamental_da_cultura)>. Acesso em: 29 maio 2016.

SANTOS, M. R. M.; ANDERY, M. A. P. A. Comportamento intraverbal: aquisição, reversibilidade e controle múltiplo de variáveis. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 231-257, 2007. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/833/1183>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

SILVA, M. E. P. O. Síndrome da alienação parental sob o olhar da abordagem bioecológica do desenvolvimento de urie bronfenbrenner. **REVASF**, [S.l.], v.1, n. 1, p. 17-23, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/27/7>>. Acesso em: 23 Set. 2015.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 31-42. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/21633032/13-livro-metodos-de-pesquisa>>. Acesso em: 24 maio 2016.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo**. 10. Ed. São Paulo: Cultivix, 2006.

SKINNER, B. F. **Questões recentes na análise comportamental**. 3. ed. Campinas, 2002.

SOUSA, A. M.; BRITO, L. M. T. Síndrome de alienação parental: da teoria Norte-Americana à nova lei brasileira. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 268-283, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932011000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 fev. 2016.

SOUZA, D. G. O que é contingência?. In: BANACO, R. A (Org.). **Sobre Comportamento e Cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista**. Santo André: ESETec Editores Associados, 2001. p. 82-87.

SOUZA, K. S. M.; SMEHA, L. N.; AREND, J. C. A relação entre pai e filho(s) após a separação conjugal. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.37, p.7-29, 2012. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/1748>>. Acesso em: 10 maio 2016.

TEYKAL, C. M.; ROCHA-COUTINHO, M. L. O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. **Psico**, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 262-268, 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/2888/2183>>. Acesso em: 07 maio 2016.

TRINDADE, J. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

TRIVIÑOS, A.N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TOURINHO, E. Z.; SÉRIO, T. M. A. P. Definições contemporâneas da análise do comportamento. In: TOURINHO, E. Z.; LUNA, S. V. (Org.). **Análise do Comportamento: Investigações Históricas, Conceituais e Aplicadas**. São Paulo: Roca, 2010.

VERNEQUE, L. P. S.; FERREIRA, B. R.; TEIXEIRA, A. M. S. Variações nos padrões culturais de relações familiares no contexto brasileiro: uma análise comportamental do papel da mulher. In: SADI, H. M.; CASTRO, N. M. S. (Org.). **Ciência do comportamento: conhecer e avançar**. Santo André: ESETec Editores Associados, 2003. p. 111-116. v. 3

WEBER, L. N. D. et al. Continuidade dos estilos parentais através das gerações: transmissão intergeracional de estilos parentais. **Paidéia**. Ribeirão Preto, v. 16, n. 35, p. 407-414, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2006000300011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2006000300011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 maio 2016.

WEBER, L. N. D. et al. Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. **Psicol. Reflex. Crit.** Porto Alegre, v.17, n. 3, p. 323-331, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722004000300005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722004000300005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 maio 2016.

WEBER, L. N. D.; TON, C. T. Práticas educativas maternas e habilidades sociais de jovens brasileiros. **International Journal of Developmental and Educational Psychology**. Curitiba, v.1, n. 1, p: 399-408, 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/aluno/Downloads/Dialnet-PraticasEducativasMaternasEHabilidadesSociaisDeJov-5097375.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2016.

ZETTLE, R. D. Comportamento governado por regras: uma resposta do behaviorismo radical ao desafio cognitivo. [1990]. Disponível em: <[http://www.itrcampinas.com.br/pdf/outros/Governo\\_regra.pdf](http://www.itrcampinas.com.br/pdf/outros/Governo_regra.pdf)>. Acesso em: 30 maio 2016.



## APÊNDICE A

### ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

#### Dados de identificação do sujeito

1. Sexo
2. Estado civil
3. Idade

#### Situação atual

4. Com quem você mora/reside atualmente? Há quanto tempo?
5. Seus pais são separados? Há quanto tempo? Qual idade você tinha quando se separaram?
6. Atualmente você tem contato com ambos os pais? Se não, por quê?
7. Como é a sua relação com seus pais hoje? Como você se sente em relação a eles?
8. Você tem contato com os familiares dos seus pais?
9. Como é a sua relação com os seus familiares?

#### Sobre o passado, na ocasião da separação

1. Você morava com sua mãe ou seu pai?
2. Você tinha contato com os familiares de ambos os seus pais? Se não, por quê?
3. Quando sua mãe/pai estava no mesmo ambiente que você como você se sentia? E hoje? Como você se sente?
4. E quando seu pai/mãe estavam longe de você como você sentia? E hoje? Como você se sente?

5. Seu pai/mãe brigavam com você por qualquer motivo?
6. Seus pais falavam mal um do outro? Se sim, você poderia me dar algum exemplo?
7. Como você se sentia nessas situações? E o que você fazia?
8. Sua mãe/pai dificultava o contato do seu pai/mãe com você? E como você reagia nessas situações? Como você se sentia?
9. Quando você falava de seu pai/mãe como sua mãe/pai reagia? E como você reagia em resposta à atitude de sua mãe/pai?
10. Você se colocava na posição de defesa de algum de seus pais? Poderia me dar um exemplo? E como você se sentia ao fazer isso?
11. Você falava mal de algum dos seus pais? Você pode me dar um exemplo? E como você sentia ao falar mal?
12. Sua mãe/pai passava informações da sua vida para o seu pai/mãe? Por exemplo, sobre escola, médicos, etc.
13. Você se sentia amado por eles? E hoje como você se sente?
14. Como você descreveria a relação dos seus pais?
15. Como você descreveria a sua relação com seus pais?
16. Atualmente como são seus relacionamentos interpessoais e afetivos?
17. Atualmente, nos relacionamentos amorosos você percebe alguma semelhança com a vivência do relacionamento dos seus pais?
18. Se você tiver filhos como você espera que seja sua relação com eles? Você gostaria de ter um relacionamento parecido com o que você teve com seus pais?
19. Gostaria de acrescentar algo mais?

## **APÊNDICE B**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

#### **TÍTULO DA PESQUISA:**

Relação parental após a separação conjugal a partir do relato verbal dos filhos adultos

#### **PESQUISADOR RESPONSÁVEL:**

Ioná Rodrigues Dias Sob orientação do Prof. Arion Carlos Ribeiro

#### **JUSTIFICATIVA:**

A estrutura e função da família têm variado ao longo dos anos em consequência das mudanças socioculturais e um dos efeitos dessas mudanças é o divórcio, que nem sempre irá ocasionar consequências aversivas para os envolvidos. Nesse contexto de separação conjugal e sendo os pais os principais responsáveis pelo desenvolvimento do repertório comportamental dos filhos é importante conhecer como os pais tem se comportado com seus filhos e quais as consequências de seus comportamentos na vida dos filhos.

#### **OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA:**

Investigar as consequências das contingências aversivas da alienação parental na vida dos filhos adultos por meio de uma entrevista.

#### **BENEFÍCIOS DA PESQUISA:**

Esclarecer sobre o divórcio e desmistificar as suas consequências podem contribuir na construção de novas compreensões a respeito do tema, possibilitando à comunidade científica e profissionais que atuam na área a lidar de formas adequadas com famílias em situação de separação conjugal, além de contribuir na minimização dos efeitos negativos que estejam vinculados ao contexto da separação conjugal. E ao conhecer melhor os eventos aversivos das relações, torna-se possível um rearranjo das contingências para que se produzam consequências amenas o que diminuirá os impactos aversivos desta situação.

**FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA:** Caso queira alguma informação sobre o andamento da pesquisa ou apenas tirar alguma dúvida, basta entrar em contato com o pesquisador responsável pelo telefone (27) 3331-8500. E também no endereço Av. Vitória, 950, CEP: 29017-950. Forte São João. Vitória – ES.

**ESCLARECIMENTOS E DIREITOS:** Em qualquer momento o voluntário poderá obter esclarecimentos sobre todos os procedimentos utilizados na pesquisa e nas formas de divulgação dos resultados. Em nenhum momento receberá qualquer tipo de pagamento ou retribuição para participar da pesquisa, sua participação é voluntária. Tem também a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar

seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo do atendimento usual fornecido pelos pesquisadores.

**CONFIDENCIALIDADE E AVALIAÇÃO DOS REGISTROS:** As identidades dos voluntários serão mantidas em total sigilo por tempo indeterminado, tanto pelo executor como pela instituição onde será realizado e pelo patrocinador. Os resultados dos procedimentos executados na pesquisa serão analisados e alocados em tabelas, figuras ou gráficos e divulgados em palestras, conferências, periódico científico ou outra forma de divulgação que propicie o repasse dos conhecimentos para a sociedade e para autoridades normativas em saúde nacionais ou internacionais, de acordo com as normas/leis legais regulatórias de proteção nacional ou internacional.

### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador da Carteira de identidade nº. \_\_\_\_\_ expedida pelo Órgão \_\_\_\_\_, por me considerar devidamente informado (a) e esclarecido (a) sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvido, livremente expresse meu consentimento para inclusão, como sujeito da pesquisa. Ciente desta informação, de posse de uma copia por mim assinada.

\_\_\_\_\_ /\_/ /\_\_\_\_\_ Assinatura do responsável pelo  
Participante voluntário Data

\_\_\_\_\_ /\_/ /\_\_\_\_\_ Assinatura do Participante  
voluntário Data

\_\_\_\_\_ /\_/ /\_\_\_\_\_ Assinatura do responsável pelo  
Estudo Data